

OS ANOS TRINTA NO BRASIL.

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

da Universidade Federal de Pernambuco.

INTRODUÇÃO.

Sempre nos preocupamos com a Revolução de 30 e com a sua importância para a evolução política e econômica do Brasil, por considerá-la um movimento que abalou as velhas estruturas implantadas no país pela colonização portuguesa e, que não haviam sido ainda abaladas, em seus alicerces mais profundos, nem pela Independência nem pela República.

Em verdade o Brasil se manteve estruturalmente colonial, arcaico e ligado às velhas estruturas de produtor de gêneros alimentícios e de matérias primas industriais até o fim da Primeira República. Primeira República que se constituía em um sistema aristocrático em que os senhores rurais, através de prepostos e representantes, mantinham estruturas que consolidavam, ou mantinham de pé um sistema em que o poder político estava associado à posse da terra. Também estruturava-se desde o Governo Campos Sales em uma política de governadores, através da qual os grandes Estados — São Paulo e Minas Gerais — mantinham o domínio sobre os médios e pequenos Estados. Daí se falar em política "café com leite".

Para realizar o estudo interpretativo sobre que esperamos usar em ensaio futuro, se tivermos a oportunidade de escrevermos um livro mais documentado e de maior profundidade sobre ela. Em 1968 porém, estando no México, mantivemos contacto com o Dr. Pablo Gonzalez Casanova, então diretor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México, que me informou estar coordenando um livro que enfocaria os "anos trinta" na América Latina, a fim de se compreender como repercutiu nas repúblicas situadas ao Sul do Rio Grande, a crise do capitalismo, de 1929. Em seguida me convidou para escrever a parte do livro referente ao Brasil, um dos

países atingidos pela grande crise, e que em consequência sofrera a famosa revolução que abalou em parte os alicerces de sua estrutura econômica. Escrevemos assim este pequeno ensaio, destinado no público latino-americano de língua espanhola, no qual procuramos dar uma visão de síntese dos problemas políticos e econômicos, dos principais fatos que ocorreram em nosso país de 1922, ano da epopéia do Forte de Copacabana, até 1937, ano em que se implantou no Brasil um governo de orientação corporativista, baseado em parte no modelo fascista então em voga na Europa. Daí iniciarmos o ensaio com uma visão geral da Primeira República, indispensável à descrição dos fatos desenrolados nos "anos trinta", como as insurreições militares que se sucederam nos governos Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, os problemas ligados à sucessão de Washington Luís, a campanha política da Aliança Liberal, a Revolução propriamente dita, a luta pelo poder entre os chamados "tenentes" e os velhos políticos que aderiram e participaram do movimento revolucionário, a Revolução Paulista, a rápida constitucionalização da chamada Segunda República (1934-37), a radicalização das lutas políticas com a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira, repercussões em nosso país das políticas francesa da Frente Popular e italiana do Fascismo que culminaram em 1937 com o golpe de Vargas, instituindo o Estado Novo.

O ensaio face ao seu tamanho e a finalidade para que foi escrito é suscinto, mas dá as grandes linhas dos acontecimentos de um dos mais movimentados e dinâmicos períodos da vida brasileira, sendo útil, ao nosso ver, aos jovens que se preocupam com a história contemporânea do nosso país. Por isto, achamos oportuna a sua publicação, apesar da bibliografia sobre o período haver se enriquecido muito nos últimos seis anos, embora pretendamos no futuro voltar ao assunto, com estudo mais detalhado e de maior extensão.



I

AS ESTRUTURAS POLITICAS DA VELHA REPUBLICA.

O Brasil apresenta uma singularidade política que o diferencia de qualquer outro país da América Latina: a sua independência foi feita quase sem luta, de forma praticamente evolutiva e se organizou poli-

ticamente sob a forma monárquica de governo, permacendo por mais de 60 anos como o único Império do continente americano (1).

Na verdade, a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil em 1808 e a permanência da Família Real no Rio de Janeiro, provocaram maior identificação da mesma e dos aristocratas portugueses que a acompanharam, com a aristocracia rural brasileira, possibilitando a frustação de movimentos autonomistas de influência regional e de tendência republicana. Daí a separação evolutiva que a Colônia conseguiu, aproveitando a decadência da metrópole em consequência da ocupação francesa e da dependência econômica em que a mesma vivia em relação à Inglaterra, através da elevação do Brasil à categoria de Reino, unido ao de Portugal e Algarve em 1815 e a separação de Portugal com a Independência em 1822. Independência feita pelo próprio Príncipe Herdeiro Português, que ficou no país após o regresso de D. João VI a Lisboa, como Príncipe Regente, e o seu envolvimento pelo habil político que era José Bonifácio de Andrada e Silva; político que ligado aos interesses da aristocracia rural, conseguiu adiar para a fase da Regência — de 1831-40 — a explosão de uma série de revoltas regionais de sentido agrário e, às vezes, republicano. A Maioridade do segundo Imperador consolidou o poder da aristocracia rural que conservou o regime escravocrata até 1888, quando ele já não interessava mais aos grandes setores dessa aristocracia e só possibilitou a proclamação da República em 1889.

Na verdade, a aristocracia rural dominaria a vida do país até 1930 — na chamada República Velha — mas, ainda no século passado, começou a se desenvolver no país uma burguesia urbana que acumularia capitais no comércio e nas primeiras atividades industriais protegidas, a partir de 1847, pelas tarifas aduaneiras obtidas com a Lei Alves Branco. Essa burguesia e a classe dela dependente formada por empregados mais categorizados, profissionais liberais, por militares e por funcionários públicos, começaram a ter expressão política nas três últimas décadas do século XIX, contribuindo para o lançamento do Manifesto Republicano em 1870 e para a formação de um partido Republicano, assim como apoiando a Campanha Abolicionista liderada em grande parte por jovens como Joaquim Nabuco, oriundos da própria aristocracia rural. A República, proclamada em 1889 pelo Marechal Deodoro da Fonseca através de um golpe militar, não consultou aos interesses dessas classes em formação; quebrando o equilíbrio e a estabilidade existentes, permitiu que elas tentassem maior participação

(1). — Na realidade, em toda a América Latina, além do Brasil, apenas o México foi monarquia em dois curtos períodos, em 1822 com Iturbide e em 1864-67 com Maximiliano.

na vida política do país. Contaram para isto com o apôio decidido do Ministro da Fazenda do Governo Provisório, Rui Barbosa que, imbuído de idéias liberais, estimulou uma verdadeira febre industrialista no país (2). O período 1889-1894, isto é, o período do Governo Provisório, e o primeiro quadriênio republicano em que a chefia do Governo estava nas mãos de dois militares, o Marechal Deodoro da Fonseca (1889-91) e o Marechal Floriano Peixoto (1891-94), representa para o sociólogo Guerreiro Ramos (3)

"a ascensão dos círculos pequeno-burgueses ao poder", de vez que no governo do primeiro Marechal "a ação de Ruy Barbosa como Ministro da Fazenda é nitidamente encorajadora da industrialização, ou seja, de atividades urbanas que criam oportunidades de emprego para a classe média. A política financeira de Ruy Barbosa, do ponto de vista social, é tentativa de distribuir recursos do setor latifundiário para a indústria. Por outro lado, o Governo Floriano Peixoto teve como principal missão desmontar as velhas oligarquias das posições de mando, o que se caracterizou na repressão às revoltas lideradas por altas patentes da Marinha e nas derrubadas das situações nos Estados".

Não tinha, então, a população urbana, um grande peso na vida nacional; algumas das grandes cidades estavam estagnadas no seu crescimento demográfico e foi fácil aos velhos latifundiários aliam-se ao pequeno grupo de industriais, quase sempre a eles ligados por relações de família, aos comerciantes e aos altos funcionários, para restabelecer, a partir do 2º quadriênio, o domínio político dos senhores de terras.

Ao ser proclamada a República, apenas três cidades — Rio de Janeiro, Recife e Salvador — possuíam mais de cem mil habitantes; ao entrar o século XX, este número subira para quatro e em 1920, ao começar a decadência da 1ª República, este número se elevara para seis, das quais, duas, com mais de meio milhão de habitantes. O período 1920-40, — infelizmente não houve recenseamento em 1930 — foi de grande crescimento urbano, de vez que em 1940 tínhamos dez cidades com mais de 100.000 habitantes, dentre as quais, duas haviam ultrapassado a casa de um milhão de habitantes.

(2). — Bastos (Humberto), *Ruy Barbosa, Ministro da Independência Econômica do Brasil*, Casa de Ruy Barbosa, Rio de Janeiro, 1949 e Viana Filho (Luís), em *A Vida de Ruy Barbosa*, págs. 209 e 238. Cia. Editora Nacional. São Paulo, s/d.

(3). — *A Crise do Poder no Brasil*, págs. 25-6. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1961.

Este fato — a pequena expressão numérica da população urbana — e a manutenção do controle da população rural pelos grandes proprietários, permitiram que com o Governo Prudente de Moraes se restaurasse em toda a sua plenitude a dominação dos senhores rurais, que a manteriam, a princípio com facilidade e depois com sérios problemas, até 1930. Na verdade, Prudente de Moraes pacificou o país, acalmando os monarquistas e anti-florianistas que lutavam contra o governo do 2º Marechal, reprimiu movimentos populares de orientação política indefinida — Canudos —, absorveu os republicanos mais radicais e elegeu um homem de sua confiança — Campos Sales — para seu sucessor. Campos Sales, republicano histórico que participara da Convenção Republicana de Itú, em 1873, era homem ligado aos grandes fazendeiros de café de São Paulo e não só restaurou as finanças do país, como fortaleceu os governadores dos Estados, criando a chamada política dos governadores. Com essa política ele fortaleceu as chamadas oligarquias estaduais que elegiam os Governadores, fazendo com que as unidades políticas funcionassem como se fossem os partidos, de vez que haviam desaparecido os partidos nacionais do período imperial e possibilitou a existência do domínio dos Estados ricos e populosos, sobre os Estados de pouca expressão demográfica. Daí demonstrar Barbosa Lima Sobrinho (4) que só dois Estados aspiravam com possibilidades de êxito à Presidência da República — São Paulo e Minas Gerais — e apenas três à vice-presidência da República — Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. O Rio Grande do Sul desejando, sempre sem êxito, a Presidência, recusava ou não disputava o segundo posto. Se observarmos a população dos vários Estados do Brasil nos recenseamentos realizados durante a "República Velha" (Tabela nº I) e sabendo-se que o número de eleitores depende do número de habitantes, concluiremos que o esquema paulista-mineiro fora muito bem montado e por isto funcionou, com alguns pequenos abalos, por quase 40 anos.

Tabela nº I.

População dos Estados do Brasil de 1890 a 1920.

Estados	População		
	1890	1900	1920
Amazonas	147.915	249.756	363.166
Pará	328.455	445.356	983.507
Maranhão	430.854	499.308	874.337
Piauí	267.609	334.328	609.003

(4). — *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*, pág. 261-2. Edição Unitas. São Paulo, 1933.

Ceará	805.687	849.127	1.314.228
Rio Grande do Norte	268.273	274.317	537.135
Paraíba	457.232	490.784	961.106
Pernambuco	1.030.224	1.178.150	2.154.835
Alagoas	511.440	649.273	978.748
Sergipe	310.926	356.264	477.064
Bahia	1.919.802	2.117.956	3.334.456
Minas Gerais	3.184.099	3.594.471	5.888.174
Espírito Santo	135.997	209.783	457.328
Rio de Janeiro	876.884	926.035	1.559.371
Distrito Federal (5)	522.651	811.443	1.157.873
São Paulo	1.384.753	2.282.279	4.592.188
Paraná	249.491	327.136	685.711
Santa Catarina	283.769	320.289	668.743
Rio Grande do Sul	897.455	1.449.070	2.182.713
Goiás	227.572	255.284	511.908
Mato Grosso	992.827	118.025	246.612
BRASIL	14.333.915	17.438.434	30.675.605

Possuindo esses dois Estados — Minas Gerais e São Paulo — juntos, um terço da população brasileira — 32% em 1890, 33% em 1900 e 34% em 1920 — atraíam para sua área de influência um Estado médio que dava a vice-presidência a alguns Estados pequenos que recebiam outras compensações e resolviam facilmente o problema da sucessão. Daí ter havido, no período de 1894 a 1930, uma série de presidentes eleitos sem competidores ou com competidores inexpressivos, obtendo desse modo a votação superior a 80% do eleitorado. Só algumas vezes, como ocorreu em 1910, o candidato oficial teve que fazer algum esforço para vencer o opositorista, saído também do grupo dominante. Com essa política dos Governadores, o sistema de voto restrito a uma pequena parcela da população, as fraudes generalizadas na votação e na apuração e o reconhecimento dos eleitos pelo próprio Congresso, sujeito à influência do Poder Executivo, consagravam o sistema, fortalecendo o domínio da aristocracia rural, dos fazendeiros de café de São Paulo e dos criadores de gado de Minas Gerais; esquema de política que era chamado de "café-com-leite". A Tabela nº II, indicando a percentagem de votos obtida pelos candidatos à Presidência da República, vencedores e a naturalidade dos mesmos, demonstra a exequibilidade do sistema.

(5). — O Estado da Guanabara na ocasião em que foi redigido o ensaio; hoje incorporado ao Estado do Rio de Janeiro.
Fonte: *Anuário Estatístico do Brasil* — 1968.

Eleições Presidenciais no Brasil — 1894-1930.

Ano das eleições	Nomes dos Presidentes	Naturalidade do Pres. eleito	% da votação do eleito sobre o competidor
1894	Prudente de Moraes	Paulista	84,29
1898	Campos Sales	Paulista	90,93
1902	Rodrigues Alves	Paulista	91,71
1906	Afonso Pena	Mineiro	97,92
1910	Hermes da Fonseca	Gaúcho	57,07
1914	Venceslau Brás	Mineiro	91,59
1918	Rodrigues Alves	Paulista	99,06
1919	Epitácio Pessoa	Paraibano	71,00
1922	Artur Bernardes	Mineiro	56,03
1926	Washington Luis	Fluminense	97,99
1930	Júlio Prestes	Paulista	57,74

Fonte: Guerreiro Ramos, *A Crise do Poder no Brasil*.

Como podemos ver, em 11 Presidentes eleitos, seis eram paulistas, se considerarmos como tal ao Sr. Washington Luis que apesar de nascido no Rio de Janeiro, estudara e fizera toda a sua carreira política em São Paulo, e três eram mineiros. Houve apenas um gaúcho cuja candidatura resultara de um rompimento na oligarquia dominante, e um paraibano, eleito para completar o segundo mandato do Presidente Rodrigues Alves, morto antes da posse. Nas onze eleições, apenas quatro vezes o eleito não contou com mais de 4/5 dos votos: em 1910, por ocasião da Campanha Civilista em que Rui Barbosa disputou a presidência ao Marechal Hermes da Fonseca; em 1919, quando novamente Rui Barbosa disputou o cargo a Epitácio Pessoa; em 1922, quando Nilo Peçanha, com o apóio do Rio de Janeiro, da Bahia e do Rio Grande do Sul, chefiando a famosa Reação Republicana, disputou o poder a Artur Bernardes e, finalmente, em 1930, quando, quebrado o eixo São Paulo-Minas Gerais, Getúlio Vargas, com o apóio da Paraíba, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, disputou as preferências do eleitorado ao candidato paulista Júlio Prestes. Muitos destes Presidentes foram eleitos como candidatos únicos, daí a facilidade de obtenção de quase unanimidade do eleitorado, como ocorreu com Rodrigues Alves, Afonso Pena e Washington Luís.

Ainda para caracterizar o domínio dos grandes Estados é conveniente relacionar os Vice-Presidentes da República no período 1894-30, com as suas respectivas naturalidades: Manoel Vitorino, da Bahia; Rosa e Silva, de Pernambuco; Silviano Brandão, morto antes de tomar posse, e Afonso Pena, mineiros; Nilo Peçanha, fluminense; Ven-

ceslau Brás, mineiro; Urbano Santos, maranhense; Delfim Moreira, morto antes de concluir o mandato, e Bueno de Paiva, mineiros; Estácio Coimbra, pernambucano; Melo Viana, mineiro e Vital Soares, baiano. Assim, Minas Gerais, ao lado de três presidentes, elegeu na Velha República vice-presidentes em quatro períodos.

O desenvolvimento econômico do país, o crescimento de uma indústria leve e a formação de uma classe média urbana, assim como de um proletariado industrial, iriam provocar rupturas no sistema, de vez que novos elementos desejavam participar do poder e não tinham condições de fazê-lo, face às estruturas montadas. Daí as grandes agitações de 1910 provocadas pela Campanha Civilista, as intervenções militares em vários Estados no Governo Hermes da Fonseca e as rebeliões que abalaram o país no período posterior à Grande Guerra, que culminou com a queda do regime em 1930.

* * *

II

A DECADÊNCIA DA REPUBLICA VELHA E AS INSURREIÇÕES MILITARES.

A unanimidade dos votos obtida pela chapa Rodrigues Alves-Delfim Moreira em 1918, não renunciaria as agitações que iriam se processar nesse quadriênio. A escolha de Epiácio Pessoa como candidato da situação para suceder ao Presidente eleito, morto antes da posse, provocou a reação de Rui Barbosa que se apresentou como candidato de oposição. Não conseguiu, porém, fazer uma campanha com o ardor e a receptividade que tivera em 1910, obtendo menos de 30% dos sufrágios (6). Epiácio Pessoa, homem de profunda cultura e intensa vida social era, por formação, autoritário e, tão civilista que nomeou um ministério composto exclusivamente por civis, como ocorria frequentemente no Império. Este fato desagradou, naturalmente, aos militares e um grupo de jovens oficiais começou a protestar contra os atos do Governo. Esses protestos obtiveram maior repercussão devido ao apóio dado por oficiais superiores do Exército, como o ex-Presidente Marechal Hermes da Fonseca e ao descrédito que o regime alcançara nos centros urbanos onde, ao lado da burguesia comercial e industrial, havia os operários que realizavam manifestações, ora apenas reivindicatórias de melhores salários e de condições mais humanas de trabalho, ora politicamente orientadas por correntes anarquistas e, a partir de 1922, comunistas.

(6). — Vianna Filho (Luís), *Obra citada*, págs. 403 e segs.

Na realidade, a influência operária que vinha crescendo desde o Congresso Operário de 1906, provocou a formação de sindicatos e o aparecimento de pequenos jornais que faziam a propaganda de idéias anárco-sindicalistas até 1920. A Revolução Russa teria grande repercussão no país (7), como ocorreu em todo o mundo, fazendo com que tanto Epitácio Pessoa como os seus sucessores reprimissem fortemente o movimento comunista. Sua expressão eleitoral era pequena não só devido ao pequeno número de eleitores nas classes menos favorecidas, como à influência na Capital da República de políticos radicais, mas não comunistas, como Maurício de Lacerda.

A sucessão de Epitácio Pessoa, com o lançamento da candidatura do Governador de Minas Gerais, com alguma antecedência, seria muito agitada, sobretudo após a divulgação pelo *Correio da Manhã*, de uma carta falsa, atribuída ao candidato Artur Bernardes (8), na qual eram ofendidos os brios das forças armadas. Comissões foram organizadas para analisar a autenticidade da carta; a imprensa, dividida, explorou consideravelmente o assunto, e os militares, agitados, passaram a fazer sérias críticas ao Presidente. Das críticas aos atritos de rua e aos atos de indisciplina, culminados com a prisão do Marechal Hermes, passaram os militares ao levante, rebentando ao mesmo tempo na Escola Militar e no Forte de Copacabana. Fracassado o levante que culminou com a saída dos 18 últimos revolucionários do Forte, sob o comando de Siqueira Campos, para enfrentar as tropas do Governo na praia, *tratou Epitácio de reprimir com energia* aos revoltosos. Esperava, assim, manter a ordem e a estabilidade do regime. Graças a sua ação enérgica pôde, apesar da agitação geral do país, transferir o Governo ao seu sucessor, a 15 de novembro de 1922.

Se Epitácio Pessoa, por ser muito enérgico e cioso da sua autoridade, não foi capaz de encaminhar as reformas que o país necessitava, o seu sucessor, cheio de ódio, procurou vingar-se das ofensas sofridas durante a campanha eleitoral, asfixiando qualquer tendência contrária a sua vontade, aos seus pontos de vista. Logo após a posse como Presidente da República, vingou-se do seu competidor, Nilo Peçanha, intervindo e depondo o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Teve intervir no Rio Grande do Sul mas levou o Presidente do Estado, Dr. Borges de Medeiros, a celebrar com a oposição que apoiara Ber-

(7). — Bandeira (Muniz), Melo (Clovis) e Andrade (A.T) em *O Ano Vermelho. A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1967.

(8). — Rodrigues (José Honório), *Teoria da História do Brasil (Introdução metodológica)*, vol. II, págs. 509-19. 2a. edição. Livraria Editora Nacional São Paulo, s/d e Silva (Hélio) em *1922 — Sangue na Areia de Copacabana*, págs. 59-99. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1964.

nardes na campanha presidencial, um acordo que solapava o domínio político do velho líder gaúcho. Para completar a obra repressiva de Epitácio, iniciada com a lei contra os comunistas e com a lei de imprensa, acrescentou Bernardes outras medidas como

"a reforma constitucional, no sentido da restrição das garantias jurídicas dos direitos individuais e também para ampliar as faculdades da União diante dos Estados; tirou da alçada compassiva dos juristas os julgamentos dos crimes políticos, considerados imprescritíveis, quando ficasse no estrangeiro o responsável. Aconselhou a pena de morte, em declaração solene, nas mensagens presidenciais" (9).

Tais atitudes levariam os jovens militares sob a chefia do venerando General Isidoro Dias Lopes, a uma nova revolução em São Paulo, a 5 de julho de 1924; este segundo 5 de julho teria muito maior repercussão do que o primeiro, de vez que os revolucionários conseguiram ocupar por 24 dias a segunda cidade do país. O Presidente da República, com o apóio do Presidente do Estado de São Paulo que havia abandonado a sua cidade para não ser aprisionado pelos rebeldes, foi ao extremo de bombardear a mesma. Este fato provocou a repulsa da população civil, como testemunha Macedo Soares, mesmo entre as classes conservadoras, que pode comparar a atitude respeitosa dos revolucionários que ocuparam a cidade por vários dias, com a do Governo, que ao bombardear a cidade não teve o menor respeito pela vida e pelos bens da população. Tanto que ao entrarem na cidade as

"forças e autoridades legalistas foram acolhidas pela população com a frieza com que se recebem as forças inimigas vencedoras" (10).

Os rebeldes, para evitarem o cerco que lhes ia sendo imposto pelas forças mobilizadas pelo Governo Federal e Estadual e, após perderem um dos seus líderes, Joaquim Távora, abandonaram a grande cidade e se dirigiram para as barrancas do rio Paraná, no Oeste do Estado do mesmo nome, a espera de que outros levantes previstos para outros Estados lhes dessem melhores condições de continuação da luta.

Aí permaneceram até 27 de abril de 1925, a espera das guarnições aquarteladas no interior do Rio Grande do Sul que marchavam ao seu encontro sob o comando do Capitão Luís Carlos Prestes.

A permanência na Oeste do Paraná foi de grandes dificuldades para as forças rebeldes, devido ao combate que lhes era dado pelos le-

(9). — Lima Sobrinho (Barbosa), *Obra citada*, pág. 4.

(10). — Silva (Hélio), 7922 — *Sangue na Areia de Copacabana*, pág. 389. Editora Civilização Brasileira S. A. Rio de Janeiro, 1964.

galistas sob o comando do General Rondon, com grande experiência e conhecimento da vida no interior, e devido à dificuldade de comunicações e de abastecimento. A junção aos revolucionários paulistas, das tropas sublevadas a 24 de outubro de 1924, em Santo Ângelo, após a vitória dos legalistas em Catanduva, levou-os a compreender ser impossível manter a guerra de posições ocupando um trecho do território nacional e levou-os a fazer a guerra de movimentos que poderia ser mantida por uma pequena tropa mal armada e municuada, desde que gozasse do apóio da população. Esta decisão fez com que alguns oficiais rebeldes que não concordavam com a mesma, se exilassem, enquanto a maioria da oficialidade deliberava atravessar a República do Paraguai para iniciar a marcha em Mato Grosso, onde eram fracos os contingentes legais. Enviaram o General Isidoro Lopes que, devido à idade avançada não tinha condições de participar de tão dura marcha, para Buenos Aires, onde serviria de elemento de ligação com o exterior, e atravessaram o território paraguaio em 7 dias, retornando ao território brasileiro, no Sul de Mato Grosso, a 3 de maio de 1925.

Em Mato Grosso as tropas gauchas que constituíam o maior contingente da coluna, se regozijaram com a volta à área de campo, semelhante a do Rio Grande do Sul, e com o encontro de grandes contingentes populacionais oriundos do seu Estado que em migrações sucessivas haviam aí se estabelecido. Sério problema, porem, surgiu com as divergências de táticas a empregar, entre os dois chefes militares — Miguel Costa, dos paulistas e Luís Carlos Prestes, dos gauchos —. O primeiro era de opinião que a Coluna devia marchar em direção ao Rio de Janeiro a fim de tentar derrotar as forças legalistas e depor o Presidente, enquanto o segundo, compreendendo a fraquesa de suas forças, preferia fazer uma guerra de movimentos, percorrendo os sertões, levantando os descontentes e desmoralizando os legalistas. A Coluna teve, que optar por uma das duas estratégias e optou pela segunda, organizando um comando unificado que a conduziria pelos difíceis caminhos dos sertões brasileiros. Com a unificação do comando, coube o posto de Comandante ao oficial de maior graduação, General Miguel Costa, enquanto o Estado Maior, composto pelos Majores Paulo Kruger e Gerí, pelos Capitães Costa e Landucci e pelos Tenentes Sadí, Nicácio e Morgado, tinha como chefe ao Coronel Luís Carlos Prestes, como sub-chefe o Coronel Juarez Távora e como Secretário o Bacharel Lourenço Moreira Lima. As tropas eram divididas em quatro destacamentos, comandados, respectivamente, por Cordeiro de Farias, João Alberto, Siqueira Campos e Djalma Dutra (11), todos jovens e experimentados nas lutas revolucionárias desde 1922.

(11). — Lima (Lourenço Moreira), *A Coluna Prestes (Marcha e Combates)*, pág. 150. Editora Brasiliense S.A. São Paulo, 1945.

A marcha que a Coluna iniciava por regiões inhóspitas e sub-povoadas, andando a pé ou a cavalo, enfrentando inimigos, palmilhando um terreno desconhecido, atravessando rios e montanhas constituiu-se um fato que galvanizou a opinião do país e que foi descrito por alguns dos seus participantes como Lourenço Moreira Lima, Landucci (12) e João Alberto (13). Entretanto os seus feitos foram analisados com certa frieza por Barbosa Lima Sobrinho, ao afirmar que a

"Coluna iniciou os seus raids aventureiros, desde os desertos de Mato Grosso ate as chapadas piauienses, num esforço mais notavel pelos sacrifícios, que pelo merecimento militar" (14).

Caio Prado Júnior, porem, enfatiza a sua alta significação política afirmando ser a mesma

"marca tão profunda que (ela) deixou gravada em nossa evolução histórica. Para isto não precisamos ser historiadores; os fatos são de ontem, e vivemos ainda nos dias que correm um momento para o qual a Coluna Prestes contribuiu direta e indiretamente. Não resultou dela, em grande parte, a Revolução de 1930? E não sentimos hoje as consequências imediatas deste último acontecimento"? (15).

A partir de Porto Lindo, ponto em que a Coluna penetrou em Mato Grosso, ela marchou para o Norte, infletindo depois para o Oeste atravessando a porção meridional de Goiás para penetrar na porção ocidental de Minas Gerais. Nesta primeira fase ela enfrentou, obtendo vantagens militares, não só as forças federais do exército como as polícias estaduais e os jagunços armados pelos fazendeiros que mobilizavam com apôio do Governo Federal, verdadeiros exércitos particulares. O Major Klinger que seria, anos depois, figura central da Revolução Constitucionalista de São Paulo, se destacaria como um dos mais decididos inimigos da Coluna em Goiás, onde contou com o apôio das forças arregimentadas pela família Caiado que dominava politicamente o Estado. A população, ignorante, doente, vivendo em condições econômicas miseráveis e dominada pelos grandes proprietários, recebeu à Coluna com certa indiferença, ora refugiando-se nas

(12). — *Cenas e Episódios da Coluna Prestes*, 2.^a edição. Editora Brasiliense S.A. São Paulo, 1952.

(13). — *Memórias de um Revolucionário*, 1.^a parte. *A Marcha da Coluna*. Editora Civilização Brasileira, 1953.

(14). — *Obra citada*, pág. 5.

(15). — Prefácio ao Livro de Lourenço Moreira Lima, *Obra citada*, pág.

matas a sua passagem, ora recebendo-a em suas cidades e vilas com missas e festas. Só alguns líderes oposicionistas é que se inflamavam com a sua chegada, promovendo missas e comícios e uns poucos voluntários a ela se juntavam. Compreende-se essa situação face ao terror de represálias por parte das forças legalistas, após a sua passagem, e face às requisições de gêneros e de animais que a Coluna fazia, atingindo os interesses dos proprietários.

A 12 de setembro, novamente a Coluna invadiu Goiás, marchando para o Norte em demanda do Maranhão, onde esperava receber reforços e levantar as populações. Neste percurso ocupou por alguns dias a cidade de Porto Nacional, daí partindo para Carolina, onde atravessaria o rio Tocantins a 15 de novembro. Abandonando o território goiano, teve a Coluna no Maranhão e no Piauí, Estados em que permaneceu até 22 de janeiro de 1926, melhores dias, pois nesses Estados ela recebeu maiores adesões. É o próprio Moreira Lima quem afirma:

"Os fatos vieram a provar mais tarde que ele (Prestes) tinha razão, pois somente houve adesões sérias à Coluna no Maranhão e no Piauí. Nos demais Estados do Nordeste, ou as populações fugiam para as matas ou se colocavam ao lado do Governo, atraídas pela vasta derrama de dinheiro que Bernardes aí mandara fazer, por intermédio dos seus apaniguados. Foi ridículo o número de voluntários que se apresentou.

Os nossos patrícios que viviam sobre o azorrague das oligarquias reinantes, conservavam-se nas suas casas, ou escondidos nas brenhas, enquanto nos batíamos contra as forças muitas vezes superiores que o banditismo reunia para nos fazer face.

Esse afastamento foi a resultante lógica da profunda e inominável ignorância dos nossos sertanejos, que são inteiramente destituídos de patriotismo.

No Brasil atual, aliás, não há verdadeiro sentimento cívico, nem mesmo nas grandes cidades do litoral.

E, no interior o povo é semi-bárbaro, não tendo noção nítida de Pátria. Ainda está dominado pelo sentimento da escravidão e vive aterrorizado diante do Senhor que se lhes apresenta sob a forma da justiça que lhe toma os bens e o mete nas cadeias, e do "governo" que os "escorcha" dos "dêrêitos", o esbordea e o chacina, quando ele ousa esboçar o mais leve gosto de revolta contra as suas prepotências" (16).

As adesões recebidas nos dois Estados levaram os revolucionários a pensar em se apossar dos mesmos para fortalecer a ação revolucionária, mas essa esperança caiu por terra ao ser preso o Major Paulo Kruger, articulador do movimento no Maranhão, ao se aproximar da cidade de Grajaú. Rumando para o Piauí, cercaram a capital do Estado, onde as tropas governistas esperavam opor séria resistência. Aí caiu prisioneiro das mesmas o Coronel Juarez Távora, sub-chefe do Estado Maior da Coluna. Após o insucesso de Terezina os revolucionários marcharam para o Oeste entrando no Ceará pelo boqueirão do Potí a 22 de janeiro de 1926. A esta altura, o Governo armara os coroneis e até os cangaceiros sertanejos para que combatessem a Coluna ao lado das forças legais. Entre os chefes sertanejos convocados e que lutaram contra a Coluna salientou-se Floro Bartolomeu, Deputado Federal e lugar-tenente do Padre Cícero Romão, no Ceará (17), Horácio de Matos, caudilho que durante muitos anos dominou e assolou o sertão baiano (18), José Honório Granja e Francklin de Albuquerque (19). A Coluna, porem, com grande mobilidade, travava pequenos combates e procurava aproximar-se dos centros urbanos do litoral onde esperava provocar levantes chefiados por jovens oficiais. Por isto, atravessou o Ceará e penetrou no Rio Grande do Norte, caminhando na direção Oeste-Leste. Inletindo para o Sul, a Coluna invadiu a Paraíba, sempre a travar combates com elementos governistas para encontrar a 8 de fevereiro, séria resistência na cidade de Piancó. Essa resistência era chefiada pelo Padre-Deputado e chefe político Aristides Ferreira da Cruz que organizou uma emboscada contra o destacamento de Cordeiro de Farias, tendo morrido em ação. Seguindo para o Sul, a Coluna atravessou Pernambuco a espera de um levante coordenado no Recife pelo jovem Tenente Cleto Campelo. Tendo o levante fracassado, foi seu chefe morto na cidade de Gravatá ao caminhar com alguns companheiros a procura do grosso da Coluna. Com o fracasso de Cleto Campeio cessava a possibilidade de uma revolta geral e a Coluna iria percorrer o território brasileiro, cansada, mal armada e pobre de munições, perseguida por forças legais bastante superiores, sob o comando do General Mariante e dos chefes rurais armados e instruídos pelo Governo, que comandavam bandos de jagunços como Horácio de Matos, Franklin de Albuquerque e Abílio Volney.

Assim, a 26 de fevereiro, a Coluna atravessou o rio São Francisco, invadindo a Bahia, dirigindo-se para o Sul pela margem direita deste rio até o Norte de Minas Gerais. Se estivesse melhor equipada,

(17). — Lima (Lourenço Moreira), *Obra citada*, págs. 243 e segs.

(18). — Morais (Walfrido), *Jagunços e Herois*, págs. 181 e 203. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1963.

(19). — Carneiro (Glauco), *História das Revoluções Brasileiras*, vol. II, pág. 305. Edições "O Cruzeiro". Rio de Janeiro, 1965.

poderia parecer que caminhava em direção ao Rio de Janeiro, a Capital Federal, a fim de travar sua última e decisiva batalha com os legalistas. Aí, porém, compreendendo a sua debilidade material, voltou-se para o Norte, desnortheastando os seus perseguidores e voltou ao território baiano sempre a enfrentar as forças legais, os sertanejos aguerridos e as emboscadas, em uma região de clima semi-árido e de vegetação de savanas, onde as dificuldades do abastecimento eram grandes e as possibilidades de obter esconderijos para se refazer das longas marchas diárias, de 30 a 60 quilômetros, era impossível.

A 30 de julho de 1926, a Coluna atravessou outra vez o rio São Francisco, voltando ao território pernambucano. Permanecera por mais de quatro meses em movimentos constantes nos territórios mineiro e baiano, onde percorrera 5.022 quilômetros, isto é, cerca de 1.250 quilômetros por mês, ou uma média de 41 quilômetros por dia. Começa, então, a nova fase da Coluna, a viagem através de um país de dimensões continentais em direção à fronteira, ao exílio, perseguida por forças numerosas que não lhe deram tréguas. A bravura de seus soldados e a determinação dos seus chefes a conduziram outra vez pelos sertões pernambucanos, penetrando no Piauí, de onde infletiram para o sul, em área onde praticamente não havia estradas, invadindo o Oeste da Bahia, no município de Corrente a 15 de agosto. Aí os esperava, outra vez, em Formosa, o caudilho Horácio de Matos, e logo após, no território goiano que seria novamente cruzado pela Coluna, o caudilho Abílio Volney. Caminhavam os revolucionários para a fronteira boliviana. Muitas lutas se travariam ainda em Goiás e Mato Grosso, até que a Coluna com 620 homens sem condições de continuar a luta internou-se na Bolívia com o seu Estado Maior a 3 de fevereiro de 1927. O Destacamento Siqueira Campos que para cumprir missões táticas e estabelecer contactos com o General Izidoro Lopes que se achava no exílio, separara-se do grosso da Coluna a 25 de outubro de 1926, percorrendo outro itinerário, com grandes marchas a fim de se integrar na Coluna, se internaria no Paraguai, em Bela Vista, com 65 homens em 23 de março de 1927. Estava concluída, assim, a marcha da Coluna, que em 29 meses percorreu terras de 10 Estados do Brasil, fazendo um percurso que é calculado em 36.000 quilômetros, ou seja, cerca de 1.440 quilômetros por mês, numa média diária de 46 quilômetros.

A Coluna, se não foi militarmente vitoriosa, se não empolgou as grandes massas do interior, não despertando os habitantes do campo para a reivindicação dos seus direitos secularmente postergados, teve consequências de grande peso e uma grande influência nas ocorrências políticas do país até os nossos dias. Fez a semeadura das idéias de reformas políticas que se efetivariam com a revolução de 1930.

Tambem vários dos seus chefes, com orientações políticas as mais antagonicas, iriam participar ativamente das transformações político-sociais por que passaria o país. Interessante é salientar que, embora ela fosse colocada ideologicamente à esquerda da situação política então dominante, não apresentava ao país uma ideologia que norteasse as transformações políticas e sociais que o modernizassem. Assim, na época em que percorriam os sertões havia grandes divergências ideológicas entre os seus chefes, de vez que Juarez Távora era católico praticante, Miguel Costa era espírita, enquanto Cordeiro de Farias, Siqueira Campos, João Alberto e Luís Carlos Prestes

"davam a impressão de não se preocupar com a existência de Deus, nem da alma" (20).

Daf terem os herois da Coluna tomados rumos políticos os mais contraditórios, caminhando Juarez Távora e Cordeiro de Farias para posições políticas centristas-conservadoras, enquanto João Alberto se revelaria um liberal, Miguel Costa um socialista e Luís Carlos Prestes se tornaria por três decênios o lider dos comunistas brasileiros.

Do ponto de vista militar a Coluna, com sua grande mobilidade pode, durante mais de 30 meses, percorrer o território brasileiro de Norte a Sul, do Leste a Oeste, inflingindo derrotas ou fugindo a cercos cuidadosamente preparados por generais do Exército e por coroneis dos latifúndios, afeitos aos combates, sem que fosse pelos mesmos detida. Constitui, assim, uma formidavel experiência de guerrilha e de guerra de movimentos na América Latina, no período anterior ao uso, em larga escala, da aviação militar. Constitui um marco preparatório à semente que abalaria os alicerces das instituições políticas, contribuindo para que elas ruissem tão facilmente em 1930.

* *
*

III

A PRESIDÊNCIA WASHINGTON LUÍS E O DRAMA DE SUA SUCESSÃO.

O quadriênio Bernardes, passado todo em estado de sítio, cansou a nação. O Presidente dominou o país com mão de ferro, deportou os revolucionários presos para a ilha desabitada de Trindade no oceano

(20). — Lima (Lourenço Moreira), *Obra citada*, págs. 318.

Atlântico e para a colônia penal de Clevelândia na Amazônia, mas não conseguiu extinguir a revolta. A Coluna só deixaria o território brasileiro e só cessaria a luta quatro meses após a posse de seu sucessor. Os políticos, porém, que não foram silenciados pela força, o apoiaram e não tiveram, salvo raras exceções, a coragem de verberar a verdadeira ditadura que se implantava no país.

Respeitando o esquema da política "café-com-leite", Bernardes fez de um ex-Presidente de São Paulo que lhe dera apôio decisivo na sua ascensão ao poder, seu candidato, e este, sem competidor, foi eleito quase por unanimidade de votos (98%). Washington Luís, chamado o "paulista de Macaé" (21), era um homem excessivamente rígido e cioso de sua autoridade; trazia consigo a fama de bom administrador, experimentado na Prefeitura da segunda cidade do país e na Presidência do Estado mais rico da Federação. Tendo dado grande atenção ao problema dos transportes rodoviários se atribuía a ele a frase "governar é abrir estradas".

Barbosa Lima Sobrinho (22), unindo a agilidade mental do jornalista à argúcia e o cuidado do historiador, faz uma séria análise do caráter do novo Presidente, salientando seus

"predicados de retidão e simplicidade" que até certo ponto explicavam o seu otimismo. E, continua, "homem leal, incapaz de suterfúgios e de malícia, tem um senso psicológico primário. Não percebe a complexidade das almas, os segredos e as sutilezas da astúcia. Para ele, o mundo se divide em duas categorias simples, os homens maus de que se afasta e a que combate sem tréguas, e os homens bons a que reserva todos os prêmios. Na divisão das classes, cede às conclusões apressadas e elementares, que não costuma rever sinão diante de fatos consumados e, em regra, irremediáveis".

Ao tomar posse na Presidência da República concedeu liberdade aos seus poucos opositores, respeitou a liberdade de imprensa e deixou que transcorresse o estado de sítio sem prorrogá-lo. Temeroso do comunismo, após a sua viagem à Europa como Presidente eleito, fez votar contra esta ideologia, em 1927, uma lei mais rígida que a de 1921 e dizem ter exclamado certa vez

"a questão social é um caso de polícia".

(21). — Porque ele nascera na cidade de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro mas fizera toda sua carreira política em São Paulo.

(22). — *Obra citada*, págs. 55-6.

Não procurou encaminhar ao Parlamento, leis que atendessem aos reclamos dos trabalhadores já organizados em sindicatos nas principais cidades. Nessa época, um pequeno Partido Comunista, liderando por operários e intelectuais, entre os quais salientavam-se Astrogildo Pereira, Leônidas de Rezende e Cristiano Cordeiro, vivendo na clandestinidade e adotando linhas políticas profundamente sectárias, organizava alianças com políticos independentes de esquerda que tinham penetração popular no Rio de Janeiro e formava coligações com o Bloco Operário, para disputar às eleições nas grandes cidades. Entre os políticos que participaram do Bloco Operário salienta-se Azevedo Lima e entre as organizações, o Centro Político Proletário da Gávea e o Centro Proletário de Niterói. A aliança foi feita em torno de um programa que defendia como princípios básicos: a). — uma política de classe operária independente da influência burguesa; b). — uma crítica e combate sistemático aos interesses da plutocracia; c). — a luta contra o imperialismo inglês e americano; d). — o reconhecimento *de jure* da União Soviética; e). — a anistia para os presos políticos; f). — a luta pela promulgação de um Código do Trabalho; g). — a luta pela revogação das leis de exceção (lei Adolfo Gordo, lei da expulsão dos operários estrangeiros, lei de imprensa); h). — diminuição do imposto de consumo e elevação do imposto de renda; i). — reforma monetária que possibilitasse o barateamento do custo de vida; j). — necessidade de uma política de habitação, ensino e educação que beneficiasse a massa operária e, finalmente, k). — consagração do princípio do voto secreto.

Ao lado das organizações que integravam o Bloco Operário e que possuíam pouca expressão eleitoral, mas que organizavam greves que tiveram grande repercussão nas principais cidades, havia outras organizações proletárias ou semi-proletárias, de orientação reformista ou anarquista que tiveram grande atuação contra a política governamental que se recusava a tomar qualquer interesse pela questão social. Entre essas, salientavam-se o Partido Socialista, o Centro Político dos Operários do Distrito Federal, o Centro Político dos Choferes e o Partido Unionista dos Empregados no Comércio. Também tinha grande influência nos meios populares, embora se recusasse a participar do Bloco Operário, o tribuno e panfletário Maurício de Lacerda. O Bloco Operário, depois chamado de Bloco Operário e Camponês (BOC), obteve tal sucesso nas eleições de 1928, que os seus membros o superestimaram e cometeram o erro de lançar, em março de 1930, sem qualquer possibilidade eleitoral, candidatos aos postos de Presidente e Vice-Presidente da República, assim como aos cargos de Senador e Deputado Federal e Estadual; isto quando sua força mal dava para eleger uns poucos vereadores nas grandes cidades.

O movimento operário, porem, era, no fim do Governo Washington Luís, pouco expressivo, quer no setor político onde, como já dissemos, se mostrava com pouca penetração nas massas e extremamente dividido, quer quanto ao setor sindical, onde para uma população operária de 1.500.000 trabalhadores, apenas 100.000 eram sindicalizados, localizando-se 40% deles no Rio de Janeiro, então Capital da República. Entre as federações de sindicatos existiam apenas a Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro, a União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco e, com base nacional, a Federação Poligráfica. Assim, enquanto reprimia com a polícia as manifestações e as reivindicações operárias, Washington Luís procurava realizar a obra, para ele substancial do seu governo — a reforma financeira. Para isto, 18 dias após a sua posse enviava ao Congresso o projeto de reforma monetária tornada lei com o nº 5.108 a 18 de dezembro de 1926. Em substância, a lei consagrava a quebra do padrão monetário de 27d (paridade estabelecida em 1846) para 5 115/128 pence por mil réis, taxa inferior a do último quinquênio (23). Ao governo inflacionista de Bernardes, Washington Luís sucedeu preocupado em restringir as emissões, normalizar a balança do comércio, regularizar a dívida pública. Fixar o câmbio era a sua grande preocupação. O fracasso total do seu plano financeiro ficaria patente em 1929, sobretudo quando a crise econômica internacional começou a se refletir no Brasil. Assim, com uma brusca depreciação da moeda, foi consumida rapidamente as reservas do depósito-ouro que

"de 796 mil contos, em janeiro de 1930, reduz-se a 343 mil contos em abril e a 134 mil contos em agosto" (24).

O economista Humberto Bastos analisando a situação econômica do país (25) salienta que

"Enquanto a fortuna pública de 1914 a 1926 havia subido na Alemanha de 310 para 350, na França de 245 para 295, na Itália de 90 para 119, na Suíça de 24 para 47, no Canadá de 46 para 110, nos Estados Unidos de 831 para 1.763, no Brasil apenas crescera de 50 para 70. Estavam esgotadas as nossas reservas de ouro. O saldo da nossa balança comercial em libras baixou de 14.378 (em £ £ 1.000) para 8.178 em 1929. Capitais ingleses e norte-americanos daqui se deslocaram em grandes somas. A nossa indústria leve, diversificando-se progressivamente, persistia, entretanto sem

(23). — Barbosa Lima Sobrinho, *Obra citada*, pág. 18-9.

(24). — Barbosa Lima Sobrinho, *Obra citada*, pág. 22.

(25). — *A Economia Brasileira e o Mundo Moderno*, pág. 220. Livraria Martins Editora. São Paulo, 1948.

uma base técnica, sem o apóio das fontes de energia, como o carvão, petróleo, gaz natural, eletricidade. De 43 mil toneladas a produção de borracha baixara para 28. A safra de café decrescera de 28.834 na safra 1927-28 (em 1.000 sacos de 60 quilos) para 23.172 na safra 1928-29. É de notar-se a importância dessa violenta queda, de vez que 71% do valor ouro de nossa exportação resultava ainda do café".

Mas o grande problema que empolgaria ao Presidente Washington Luís seria a sua sucessão. A antipatia pessoal que votava ao Presidente Antônio Carlos, de Minas Gerais, o levava para um candidato paulista, sobretudo após 1927, quando elegera para este posto o seu amigo e pupilo político Júlio Prestes. O Presidente mineiro, conhecido pela maleabilidade e habilidade política da família a que pertencia — *Andrada e Silva* — exercia influência no país desde a Independência, procurou se insinuar junto ao Presidente da República, a ponto de aceitar a reforma financeira que contrariava princípios por ele defendidos anteriormente em livro famoso (26). Além disto, sendo Presidente de Minas era, nos termos da política "café-com-leite", o sucessor natural de um Presidente paulista. Washington Luís preparava o seu candidato, adiando a discussão do problema sucessório e procurando atrair para si e para seu candidato o apóio do Presidente do terceiro Estado da Federação, o Rio Grande do Sul. Para isto, prestigiou um Deputado Federal gaúcho que lhe demonstrava afeição e que era possuidor de grande habilidade política — Getúlio Vargas — fazendo-o seu Ministro da Fazenda em 1926, e facilitando a sua eleição para a Presidência do Rio Grande do Sul em 1928. Mas, enquanto ele armava o seu esquema, Antônio Carlos, mais habil, e aconselhado por políticos jovens como Francisco de Campos, Virgílio de Melo Franco e João Neves da Fontoura, procurava despertar em Getúlio Vargas o interesse pela sucessão de Washington Luís, chamando a atenção dos políticos gaúchos para a possibilidade de o Rio Grande do Sul dar um Presidente da República.

Getúlio Vargas e o chefe político do Partido Republicano Riograndense a que ele pertencia — Dr. Borges de Medeiros — muito titubearam para aceitar a jogada, mas o Deputado João Neves da Fontoura e o Secretário de Estado Osvaldo Aranha foram estabelecendo compromissos sucessivos com os mineiros aos quais o Presidente gaúcho não pode fugir. É que, habil político que era, Getúlio Vargas não acreditava na vitória da oposição ao candidato oficial, sobretudo por constatar o fracasso da Campanha Civilista de Rui Barbosa em 1910

(26). — *OS Bancos de Emissão no Brasil*. Livraria Leite Ribeiro, Rio de Janeiro, 1923.

e da Reação Republicana de Nilo Peçanha em 1922. Por isto, mesmo após lançada a sua candidatura, procurou, através de cartas, manter amizade pessoal e até compromissos políticos com o Presidente de quem fora Ministro (27). Procurou sempre freiar o entusiasmo dos seus partidários e evitou de acompanhá-los em campanhas de sua candidatura pelo país; tanto que eles muito tiveram que lutar para conseguir que ele se transportasse de Porto Alegre ao Rio de Janeiro a fim de ler na Esplanada do Castelo, a sua Plataforma Política e para que daí se dirigisse a São Paulo onde recebeu grandes manifestações populares.

Lançado Júlio Prestes como candidato oficial sob a coordenação do próprio Presidente da República, viu-se a chapa oposicionista francamente minoritária, de vez que teve o apóio apenas de três Estados — Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba —, cabendo a este pequeno Estado dar, na pessoa do seu Presidente, o Dr. João Pessoa, o candidato à Vice-Presidência da República. Sabendo-se a fraude com que se procediam às eleições, via-se logo que o candidato oficial suplantara com os votos dos 17 Estados que lhe eram favoráveis, ao candidato oposicionista que contava apenas com 3 Estados e com a oposição dos demais. Isto, apesar do Rio Grande do Sul estar unido em torno do seu Presidente e São Paulo estar dividido, pois se formara um Partido Democrático que se opunha ao velho Partido Republicano Paulista.

Daí partirem os próceres oposicionistas, organizados em uma Aliança Liberal (28) para um contacto com os jovens oficiais exilados, preparando-se, no caso de serem vencidos nas urnas, para uma luta armada, para fazerem a revolução; costumava-se até dizer que

"Minas elegeria o candidato, cabendo ao Rio Grande do Sul empossá-lo".

O próprio Getúlio Vargas ao escrever a sua plataforma política, lida na Esplanada do Castelo, incorporou timidamente à mesma alguns dos princípios, das reivindicações reclamadas por estes oficiais, como: a). — o voto secreto; b). — a criação de uma justiça eleitoral; c). — a necessidade de, respeitando os compromissos assumidos com o Bureau Internacional de Trabalho, formular uma legislação trabalhista que assegurasse ao trabalhador a estabilidade e o amparo na doença

(27). — Silva (Hélio) em 1926. *A Grande Marcha*, pág. 276 e Lima Sobrinho (Barbosa), *Obra citada*, pág. 127.

(28). — Silva (Hélio), 1930. *A Revolução Traída*, pág. 41-2. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1966.

e na velhice (29). Os propagandistas da candidatura Vargas percorreram o país de Norte a Sul, falando ao povo, entrando em choque com as polícias estaduais e pregando claramente a vitória nas urnas ou, caso derrotados, a luta pelas armas. Dentre os propagandistas mais exaltados salientavam-se os grandes oradores gauchos João Neves da Fontoura, Batista Luzardo e Flores da Cunha, ou cariocas como Maurício de Lacerda. A Câmara era palco de longos duelos verbais que, às vezes, desciam às ruas. A animosidade entre os representantes do povo era tal que o Deputado gaúcho oposicionista Simões Filho, assassinou o Deputado situacionista de Pernambuco, Souto Filho, no próprio recinto da Câmara. Procedidas às eleições, embora Vargas contasse com o apóio de três ex-Presidentes de República ainda vivos — Venceslau Brás, Epitácio Pessoa e Artur Bernardes — foi derrotado, obtendo apenas 42% dos votos. Ele próprio reconheceu sua derrota, seus partidários apenas admitiam resultados diferentes dos apresentados oficialmente, pois afirmavam que a diferença a favor do Presidente Paulista fora de 270.000 votos e não 430.000 como apregoavam (30). Na verdade, tendo o Rio Grande do Sul unido em torno do seu nome, Vargas contou com a unanimidade do eleitorado do seu Estado, mas a Paraíba, de pouca expressão eleitoral, lhe deu apenas 2/3 dos votos e Minas que deveria eleger-lo, foi dividida pelo apóio dado a Júlio Prestes pela ala do Partido Republicano liderado pelo Vice-Presidente Melo Viana. Júlio Prestes conseguindo vencer às eleições em São Paulo por larga margem de votos e também no Distrito Federal e na Bahia — Estado que dera o candidato à Vice-Presidência em sua chapa, Dr. Vital Soares — somou a estes votos os dos demais Estados de menor expressão eleitoral e venceu o pleito. Apesar de acusado de reacionário e fascista (31), passou Júlio Prestes a se preparar para assumir a Suprema Magistratura da República em 15 de novembro de 1930.

* *
*

IV

A ALIANÇA LIBERAL E A REVOLUÇÃO.

Não se pode compreender os acontecimentos de 1930 nem interpretar os fatos subsequentes, sem analisar a composição da Aliança

(29). — Silva (Hélio), 1926. *A Grande Marcha*, págs. 402 a 403. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro. 1965.

(30). — Silva (Hélio), 1930. *A Revolução Traída*, págs. 66-7. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro. 1966.

(31). — Silva (Hélio), 1926. *A Grande Marcha*, págs. 187-8.

Liberal, partido formado em 1929, para pugnar pela candidatura Getúlio Vargas e condenar os hábitos políticos da República Velha. Na realidade, a Aliança era um amálgama, como reconhecia o próprio Vargas, de homens com idéias e passado os mais diversos. Assim, dela participavam os Partidos Republicanos da Paraíba, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul que até então eram aliados dos partidos republicanos dos demais Estados, o Partido Democrático recém-formado em São Paulo, onde fazia oposição ao Partido Republicano Paulista e o Partido Libertador do Rio Grande do Sul que obedecia à orientação do Dr. Assis Brasil. Em torno desses partidos iriam se reunir os oposicionistas dos mais diversos matizes, os descontentes, enfim. O que os unia era o desejo do poder da parte dos políticos que se sentiam preteridos em seus sonhos de chegar ao Catete — Antônio Carlos — ou ativos para não perder uma oportunidade de atingir à Presidência — Getúlio Vargas —. A eles se uniram homens como João Pessoa, que fora Promotor Militar encarregado de acusar os Tenentes de 1922 e 1924, ex-Presidentes da República como Epiácio Pessoa e Artur Bernardes, que apesar de qualidades pessoais positivas se portaram no poder como homens que quiseram fechar o país às idéias novas e que reprimiram com pulso de ferro as aspirações libertárias dos jovens oficiais e, políticos, mais ou menos comprometidos com o sistema, devido às ligações de famílias ou aos compromissos políticos, mas que consideravam indispensável a abertura deste sistema às idéias novas, a fim de mante-lo. Nesta linha se colocavam homens como Virgílio Melo Franco, Batista Luzardo, Osvaldo Aranha e João Neves da Fontoura, entre outros. A estes se uniriam, durante a campanha e após esta, na conspiração, os políticos de todos os matizes, a maioria absoluta dos revolucionários de 1922, de 1924 e da Coluna Prestes, chefiados por Siqueira Campos, João Alberto, Estilac Leal, Juarez Távora e outros, aos quais se juntariam jovens tenentes recém-saídos da Escola Militar, com atuação e influência nas unidades em que serviam, como Jurací Magalhães, Jurandir Mamede e Agildo Barata.

A propaganda foi feita mais em torno de pretensões políticas que de reformas econômicas, de vez que criticavam nos detentores dos postos governamentais o abuso do poder, a corrupção, a interferência na escolha dos seus sucessores, e aspiravam solucionar a situação do país que se debatia em grande crise com a instituição do voto secreto, com a criação de uma justiça eleitoral que fiscalizasse a lisura das eleições com anistia aos revolucionários de 1922 e 1924, e prometiam ao proletariado das grandes cidades algumas leis que reconhecessem os seus direitos face ao poderio da burguesia industrial em formação. Era muito pouco, ante o desafio do momento histórico em que vivíamos, quando, na Europa, as forças de esquerda, vitoriosas na União Soviética e as de direita na Itália, ofereciam ao mundo soluções novas e

contraditórias para a questão social. Tanto que o pequeno grupo comunista liderado por Astrogildo Pereira não só evitou se comprometer com a conspiração, como conseguiu que dela não participasse o então mais popular líder dos "tenentes", Luís Carlos Prestes, cognominado o Cavaleiro da Esperança.

A apuração das eleições fez constatar ao mesmo tempo a vitória da chapa oficial — Júlio Prestes-Vital Soares — e o uso de fraude por ambos os contendores. Os situacionismos estaduais realizaram eleições como desejaram e conseguiram apurar de forma a dar grande maioria de votos aos seus candidatos. No Rio Grande do Sul a fraude foi usada em tal proporção que o comparecimento "oficial" dos eleitores às urnas atingiu uma percentagem nunca vista (99%) e até hoje não alcançada em qualquer eleição de qualquer Estado brasileiro e neste eleitorado o Sr. Getúlio Vargas obteve 699.627 votos contra 982 votos dados ao Sr. Júlio Prestes (32). Na Paraíba o Presidente João Pessoa retirou da chapa para Deputados Federais do Partido Republicano, prestigiosos chefes políticos do Sertão, entre os quais se achava o seu antecessor na Presidência do Estado — o Dr. João Suassuna —. Os situacionistas também fraudavam nos Estados em que dominavam, mas certos da vitória, não necessitavam chegar a estes extremos. Após a apuração seguia-se o reconhecimento dos eleitos, feito pelo próprio Congresso. Aí o Governo foi implacável, de vez que poupou a representação gaúcha, mas atingiu seriamente a delegação mineira e praticamente eliminou a paraibana. Washington Luís, vitorioso, não soube ser magnânimo, estendendo a mão ao vencido. Ao contrário, procurou vingar-se das afrontas sofridas durante a campanha, afastando os seus opositores do campo de luta. Esta atitude acirrou os ânimos em uma ocasião extremamente difícil, de vez que a crise econômica atingia seriamente o país, quando não tínhamos mercado para o café. Não podendo manter a política protetora a este produto, o Presidente perdia apôio no seu próprio Estado — São Paulo —. A atmosfera de ódio e de crise levava os jovens políticos a se articularem cada vez mais com os militares afastados do serviço ativo e até com outros que vinham sendo fieis ao Governo e que ocupavam postos de comando, como o Coronel Gois Monteiro, para fazerem a revolução. Políticos havia, como Borges de Medeiros e o próprio Getúlio Vargas, que preferiam reconhecer o veredito das urnas, temendo um insucesso militar ou as consequências, sempre imprevisíveis, de uma revolução. João Pessoa, extremamente conservador, não só se recusava a ter contacto com oficiais conspiradores como, diz-se, que certa vez afirmou preferir "dez Júlios Prestes a uma revolução".

(32). — Basbaum (Leôncio), *História Sincera da República*, vol. II, pág. 304. Livraria São José, Rio de Janeiro, 1958.

A exaltação de ânimos, as perseguições políticas e a descrença geral do povo nas instituições políticas prenunciavam grandes acontecimentos. Faltava apenas a oportunidade, o fato que propiciasse o início das hostilidades. E este chegou a 26 de julho de 1930, quando João Dantas, político paraibano que sofrera grandes perseguições do Governo do seu Estado e que se achava homiziado no Recife, matou em um restaurante desta cidade o Presidente da Paraíba, João Pessoa. Este fato foi a gota que provocou o transbordamento. Daí em diante os exaltados tornaram-se mais violentos e os moderados foram aos poucos aceitando a idéia da revolução; diz-se até que o velho Andrada, político habil e conservador, exclamara " façamos a revolução antes que o povo a faça".

Programada a revolução, foi convidado para chefia-la o heroi da Coluna Prestes, mas este, convertido que fora no exílio, ao marxismo, recusou-se a dela participar, alegando que a revolução que se tramava não era a que fora desejada pelos seus companheiros de armas desde 1922 até 1927, e que os jovens oficiais seriam facilmente envolvidos pelos políticos. Por isto, em manifesto lançado em maio de 1930, Prestes analisou a situação política brasileira, condenando o latifúndio e o imperialismo como os grandes responsáveis pela opressão e pela miséria que recaiam sobre o povo brasileiro. Criticava, por ineficaz, o programa liberal e propunha uma terceira revolução que favorecesse o surgimento de

"um governo de todos os trabalhadores, baseado nos conselhos dos trabalhadores da cidade e do campo, soldados e marinheiros" (33).

Via-se, assim, que Prestes, conhecendo a situação dominante no campo, foi bastante frio, formulando críticas, posteriormente confirmadas pelos fatos, à revolução que estava iminente a irromper, mas não soube equacionar soluções de possível aplicação ao país onde os trabalhadores da cidade não tinham consciência de suas forças, os do campo não tinham organização e os soldados e marinheiros eram pouco numerosos e despolitizados. Pensava transferir para o Brasil as condições bem diversas que Lenine encontrou na Rússia em 1917. O manifesto de Prestes desapontou a maioria dos seus companheiros de Coluna, já comprometidos com o movimento revolucionário e provocou um contra-manifesto de Juarez Távora, que pregava a necessidade de mudanças nos dispositivos constitucionais por meios extra-legais, mas não concordava com uma revolução social. Por isto o General Gois Monteiro, até então governista, foi atraído pelos conspiradores

(33). — Silva (Hélio), 1930. *A Revolução Traída*, págs. 417-21.

para chefiar a revolução no Rio Grande do Sul. Esta foi meticolosamente articulada (34), devendo rebentar no mesmo dia nos três Estados aliancistas e ocorreu a três de outubro em Porto Alegre e Belo Horizonte, capitais, respectivamente, dos Estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, e a 4 na Paraíba. Após poucas horas de luta em Porto Alegre e na Paraíba e uma grande resistência do 12^o R. I. por cinco dias em Belo Horizonte, as três cidades foram ocupadas. Delas partiram tropas para os outros Estados a fim de depor os governos constituídos. A mais forte coluna formou-se no Rio Grande do Sul, com a polícia estadual, as forças do Exército que aderiram à revolução e grande número de voluntários que invadiu Santa Catarina, ocupando quase todo o Estado e logo após o Paraná; Getúlio Vargas estabeleceu o seu quartel General na cidade de Ponta Grossa, detendo-se na fronteira paulista, onde os legalistas os esperavam em Itararé.

No Norte houve luta com grande participação popular no Recife desde a madrugada do dia 4 até a tarde de 5, quando o Presidente Estácio Coimbra fugiu em um rebocador para a Bahia (35). Nos demais Estados foi fácil aos revoltosos tomar o poder. No Piauí o Comandante Areia Leão tomou o poder sem luta a 4 de outubro, enquanto Juvenal Lamartine caía a 6 no Rio Grande do Norte, a 8 o Presidente Matos Peixoto abandonava o poder no Ceará, a 9 caía Pires Sexto no Maranhão, a 10 Álvaro Pais abandonava o governo de Alagoas, fugindo para a Bahia, seguido a 16 pelo Presidente de Sergipe, Dr. Manoel Dantas. Só o Pará resistiu aos rebeldes; o Presidente Eurico Vale expulsou-os da capital e manteve-se no poder até quando a revolução estava vitoriosa em todo o país. O Presidente Washington Luís não compreendia a fraqueza dos Presidentes de Estados do Norte e recusou-se a receber qualquer um que o procurasse. Embora na maioria dos Estados não tivesse havido movimentos populares como no Recife, em que o povo assaltou os quartéis, armou-se e enfrentou as forças governamentais, observando o completo esvaziamento do Governo. As autoridades não era simpáticas ao povo, as milícias estavam mal preparadas militar e psicologicamente e as forças federais eram conduzidas à adesão pelos jovens oficiais. Chegara a ocasião em que o Governo, inteiramente divorciado do povo, caía por falta de qualquer suporte, por não ser aceito pela coletividade. No Sudeste a situação não era diversa da do Norte, de vez que as forças mineiras invadiram o Espírito Santo a 14 de outubro e a 19 já ocupavam, praticamente sem luta, a cidade de Vitória, sua capital. Logo depois era invadido o Estado do Rio. De posse do Distrito Federal, de São Paulo e de alguns Estados esparsos como a Bahia, o Pará

(34). — Monteiro (Góis), *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*, págs. 37 a 103. Aderson-Editores, Rio de Janeiro, s/d.

(35). — Barbosa Lima Sobrinho, *Obra citada*, pág. 215.

e o Amazonas, Washington Luís ainda se mantinha otimista e se recusava a qualquer entendimento com os rebeldes. A situação piorava cada dia. A população da Capital era hostil ao Governo e este ainda determinava a convocação dos reservistas para conter os avanços dos rebeldes.

Desde 10 de outubro, porem, Lindolfo Collor conspirava com alguns generais influentes que detinham os comandos das tropas na Capital Federal, visando a deposição do Presidente através de uma ação que se justificava com o fim de evitar o derramamento de sangue. À proporção que os rebeldes avançavam, mais os chefes militares articulavam a conspiração que eclodia com a deposição do Presidente às 17 horas do dia 24 de outubro. Este, com toda a dignidade, deixou o Palácio acompanhado do Cardeal Leme e se dirigiu, após se despedir dos ministros que o cercaram até a última hora, para o Forte de Copacabana onde, preso, aguardou a hora de partir para o exílio. Deposto o Presidente, foi organizada uma junta militar, formada pelos Generais Tasso Fragoso e Mena Barreto, assim como pelo Almirante Isaias de Noronha que em caráter provisório assumiu o poder. A queda da Capital da República provocou a queda dos Presidentes de Estado que ainda permaneciam no poder, como Júlio Prestes em São Paulo, Manuel Dantas no Rio de Janeiro, Cel. Frederico Costa na Bahia. Os últimos a cair foram os Presidentes Brasil Caiado de Goiás a 26 e Anibal Toledo de Mato Grosso a 27 (36).

Com a queda do Presidente, surgiu um problema: com quem ficaria o Governo, com o candidato liberal derrotado nas urnas ou com a Junta Militar que dera o golpe de misericórdia na Velha República. Mais uma vez Getúlio titubeou e não marchou com suas forças sobre São Paulo e Rio de Janeiro. Instigado por seus partidários mais radicais enviou Osvaldo Aranha ao Rio de Janeiro a fim de se entender com os Generais e exigir a passagem do poder para suas mãos. Destes entendimentos resultou, segundo o General Klinger, um acordo pelo qual Getúlio concedeu à Junta 48 horas para "arrumar a bagagem", concordou com a permanência dos ministros militares por ela nomeados e admitiu se empossar como um governo provisório não resultante da eleição, mas em consequência de um movimento militar (37). Referindo-se ao fato o General Gois Monteiro afirmou alguns anos após que (38) o golpe dado pela Junta Militar,

"no ponto de vista operativo a hipótese mais favorável, pela sublevação da Capital Federal; do ponto de vista militar porem a

(36). — Barbosa Lima Sobrinho. *Obra citada*, pág. 209-51.

(37). — Silva (Hélio), 1930. *A Revolução Traída*, pág. 409.

(38). — *Obra citada*, págs. 86-7.

diretriz foi alterada em prejuízo da revolução brasileira, devido a calculada intromissão de aproveitadores sagazes para forçar a situação em proveito próprio".

Nestas condições Getúlio Vargas se transferiu para o Rio de Janeiro e a 3 de novembro, um mês após o início da revolução, foi empossado como Presidente. Começaria nesta ocasião um governo que se estenderia por 15 anos — até 29 de outubro de 1945 — ora sob a forma de ditadura, ora sob a forma de Presidente Constitucional e que constituiria um dos períodos mais discutidos da História do Brasil.

* * *

*

V

O "TENENTISMO" E OS POLÍTICOS; A LUTA PELO PODER.

Vitoriosa a revolução, ficaram os revolucionários perplexos e indecisos sobre a forma como deveriam conduzir o governo de que se haviam apoderado. Logo compreenderam que a união obtida na luta se desfazia, de vez que eram heterogêneas as forças que agora detinham o poder. Entre os aliancistas era visível a diferença de pontos de vista entre os "tenentes", nome dado aos jovens oficiais que vinham se rebelando desde 1922, e os políticos liberais. Os primeiros aspiravam, um pouco ingenuamente, moralizar a vida pública brasileira através de reformas políticas, enquanto os segundos esperavam reorganizar as estruturas políticas anteriores, fazendo algumas concessões aos "tenentes", como a decretação da anistia aos implicados nos movimentos político-militares da década de 1921-30, a aceitação do princípio do voto secreto e da criação da justiça eleitoral. Vindos, porém, da relativa estabilidade da Velha República, eles almejavam uma rápida volta ao regime constitucional, através das eleições para uma Assembléia Constituinte. Além disso, os militares que deram o golpe final em Washington Luís e que por muito tempo defenderam a legalidade contra os "tenentes" aspiravam influir na vida da nova República.

Durante os primeiros dias de entusiasmo tratou o Governo de justificar o movimento revolucionário, punindo os políticos decaídos, então apelidados de "carcomidos". Tanto que já a 29 de novembro, nomeava um Tribunal Especial de 5 membros para julgá-los; muitos deles, entretanto, perseguidos pelos revolucionários nos dias de luta, já se haviam refugiado nas embaixadas e consulados estrangeiros — caso de Júlio Prestes — ou partido para o exílio. Ao Tribunal Especial foram denunciados não só figuras exponenciais que apoiavam a candi-

datara Júlio Prestes e que participaram do Governo Washington Luís — Antônio Azeredo, Cunha Vasconcelos, José Augusto, José Maria Belo, Gilberto Amado, João Mangabeira, Manoel Vilaboim — como também partidários da candidatura Vargas, como os ex-Presidentes Artur Bernardes e Epitácio Pessoa (39). Vários dos denunciados foram absolvidos, outros, porém, tiveram os seus direitos políticos suspensos por 5 anos. Os políticos liberais — Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor e depois Maurício Cardoso, etc. — conseguiram postos no Ministério do Governo Revolucionário e a interventoria de alguns Estados, como Flores da Cunha, que foi Interventor do Rio Grande do Sul, Olegário Maciel, de Minas Gerais e Carlos de Lima Cavalcanti, de Pernambuco, enquanto os "tenentes" conseguiram postos federais e interventorias de Estados, sobretudo do Norte. Juarez Távora, o mais influente dos "tenentes", após recusar um posto ministerial, tornou-se uma espécie de super-interventor dos Estados do Norte, com influência direta do Amazonas à Bahia. Grande luta se travaria pela posse da interventoria do Estado de São Paulo, disputada entre os "tenentes", com apoio de Osvaldo Aranha e o aguerrido Partido Democrático que cobrava o apoio dado a Getúlio Vargas durante a Campanha eleitoral.

Getúlio mantinha-se sempre indeciso entre as correntes em luta, ora favorecendo um, ora outro grupo. No caso de São Paulo, fugiu o quanto pôde a um compromisso com o Partido Democrático e terminou nomeando interventor o Capitão João Alberto Lins e Barros, pernambucano de nascimento e homem sem qualquer experiência administrativa. Este, porém, cercou-se de um secretariado formado por eminentes figuras da vida pública e econômica do grande Estado bandeirante ligados àquele partido. Logo surgiriam ressentimentos, de vez que os políticos e intelectuais paulistas levantariam a hipótese de que o seu Estado estava sendo tratado como um país conquistado pelo inimigo (40) e começaram as divergências entre os partidos pré-existentes à revolução e a Legião Revolucionária criada e liderada pelo General Miguel Costa. Em pouco tempo o Capitão João Alberto estaria incompatibilizado com grandes setores da opinião pública e surgiria até uma união entre os democráticos e os perrepostas, decaídos em 1930, que reivindicavam a nomeação de um Interventor "civil e paulista". João Alberto não teve condições para se manter no poder por muito tempo, sendo substituído em julho de 1931, pelo interventor paulista e civil Laudo de Camargo, ao qual se seguiu em breve espaço de tempo o Coronel Manuel Rabelo e o Dr. Pedro de Toledo. A situa-

(39). — Silva (Hélio), 1931. *Os Tenentes no Poder*, págs. 108, 130, 136. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966.

(40). — Silva (Hélio), *Obra citada*, págs. 100 e ss.

ção se complicara, levando os paulistas a se unirem contra a ditadura, favorecendo a 9 de julho de 1932, a guerra civil.

As dificuldades surgidas e a instabilidade do Governo Revolucionário de outubro de 1930 a julho de 1932, eram o resultado, sobretudo, da falta de orientação político-ideológica do Governo e das repercussões da grande crise econômica internacional de 1929. Na verdade, a 5 de novembro de 1930, o próprio Ministro da Justiça, Osvaldo Aranha, confessava em entrevista ao *Correio da Manhã* que o Governo não tinha programa, afirmando

"Não tenho, pessoalmente, programa algum. O meu programa é o da Revolução. Estou aqui como delegado do povo. Não farei nada contra este e obedecerei aos seus ditames. Até aqui o povo obedecia aos programas dos governos; agora é o Governo que vai obedecer ao povo. O povo quer o programa da revolução e é isto que nos compete fazer. O programa da revolução é moralizar e poupar, sob o ponto de vista administrativo. Hei de cumprir-lo. Serei inflexível contra tudo que for supérfluo e acabaremos com os esbanjamentos" (41).

Ve-se, assim, que o brilhante Ministro da Justiça e organizador da revolução fugia a uma resposta objetiva, por não saber como imprimir rumos ideológicos ao Governo. Getúlio Vargas não se definia, ora apoiando aos políticos, como quando entregou o Ministério da Justiça a Maurício Cardoso com o fim precipuo de fazer a reforma eleitoral, ora apoiando os "tenentes", como quando evitou punir os responsáveis pela depredação do *Diário Carioca* a 24 de fevereiro de 1932, ligados ao Club 3 de outubro. As duas correntes políticas que disputavam a Europa — o fascismo e o comunismo — possuíam simpatizantes entre as principais figuras do Governo que, apesar disto, não tomavam atitudes muito definidas. Assim, João Alberto, quando Interventor em São Paulo foi liberal em relação aos comunistas, permitindo que os mesmos se organizassem e que realizassem comícios, ao mesmo tempo em que lançava manifestos em favor da solução da questão social, em termos próprios à realidade brasileira e fiscalizava contratos de trabalho (42) incomodando alguns industriais avessos à justiça social.

(41). — Silva (Hélio), 1931. *Os Tenentes no Poder*, pág. 56. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1960.

(42). — Silva (Hélio), *Obra citada*, págs. 119, 122, 125 e Sodré (Alcindo), *A Gênese da Desordem*, págs. 97 e 98. Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro s/d.

Miguel Costa também era acusado pelo General Gois Monteiro de simpatias com igual corrente ideológica (43). Orientação para-fascista, direitista, nortearia a Legião Mineira, fundada a 27 de julho de 1931, em Belo Horizonte, por Francisco de Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari. Dizia ter por finalidade

"manter e fortalecer o espírito de unidade nacional e pregar e desenvolver os altos sentimentos e grandes virtudes humanas" (44).

Organizavam passeatas à maneira fascista e usavam camisas pardas. Pode ser apontada como precursora do Movimento Integralista que exerceria grande influência na vida política brasileira de 1932 a 1938. Gilberto Amado, político ligado ao velho regime, chegara a dizer que

"não havia mais lugar no mundo para os liberais".

O Presidente Olegário Maciel, de Minas Gerais, chegou a se apresentar na sacada do Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, trazendo por baixo do paletó uma camisa parda da mesma cor usada então na Alemanha pelos partidários de Hitler. A organização de um partido direitista, do tipo fascista, no Brasil (45) estava então na cogitação de uma série de políticos e intelectuais dentre os quais se salientavam Osvaldo Aranha, Plínio Salgado, Santiago Dantas, Augusto Frederico Schmidt e Hélio Viana. Chegou-se até a discutir quem seria o Chefe Nacional e em se formar um grande Conselho, semelhante ao Grande Conselho Fascista existente na Itália e composto de revolucionários que participaram da revolução de outubro (46). O General Gois Monteiro, prestigiado por haver sido o chefe militar da Revolução, mostrava tendências políticas pouco liberais, ao defender a idéia de estender a ditadura a fim de consolidar um governo "radicalmente nacionalista" propondo-se a realizar a

"eliminação dos quistos latifundiários e de outras excrecências mortas que, como o caráter mal formado, produzem as maiores infecções do nosso organismo" (47).

(43). — Silva (Hélio), *Obra citada*, pág. 349.

(44). — Silva (Hélio), *Obra citada*, pág. 155-6.

(45). — Silva (Hélio), *Obra citada*, pág. 74.

(46). — Silva (Hélio), *Obra citada*, págs. 85-6-7 e Rosa (Virgílio Santa) em *O Sentido do Tenentismo*, págs. 74 e segs. Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro s/d.

(47). — Monteiro (Gal. Góis), *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*, pág. 100 e 102. Anderson Editora. Rio de Janeiro, s/d.

Analizando a situação política brasileira defendia o encontro de fórmulas próprias que fortalecessem o Governo, condenando como ultrapassada a luta de classes, a democracia liberal, o pluripartidarismo e as eleições diretas (48). Sua admiração pelos regimens fortes e líderes totalitários levou-o a afirmar

"Mussolini, Hitler, Mustafá Kemal Pachá, Roosevelt e Salazar... Todos eles para mim são grandes homens, porque querem realizar uma idéia nacional em acordo com as aspirações das coletividades a que pertencem" (49).

Roosevelt está visivelmente mal acompanhado, pois a sua orientação política era bem diversa da dos seus companheiros de citação. Mas a simples escolha dos homens de sua admiração, indica a pouca preparação político-ideológica de quem por mais de 20 anos teria grande influência na política brasileira. A crise econômica mundial se refletia no nosso país, provocando sérios problemas financeiros e aguçando a questão social. O Governo Revolucionário herdaria da Velha República o grande problema conhecido como a "crise do café" que era consequência, em grande parte, da política adotada pelo Governo Brasileiro no período em que quase monopolizava a produção mundial do café. de manter os preços deste produto em elevada cotação no mercado mundial. Para isto. o Governo adquiria as safras aos produtores e controlava a exportação; o preço elevado estimulou a produção de café nos países concorrentes provocando a super-produção mundial do mesmo. Esta crise contribuiria para a formação do Partido Democrático em São Paulo, que culpava o Governo de se desinteressar dos cafeicultores e solapava o prestígio do Presidente Washington Luís (50). Que atitude tomaria o Governo ante tão grande problema? Na realidade o Brasil se achava diante de um dilema: dedicar-se a produzir matérias-primas de exportação com o sacrifício cada vez maior dos padrões de vida da população brasileira ou voltar-se para o mercado interno revolucionar as suas estruturas econômicas e políticas, livrando-se de uma economia colonial.

Analizando a situação, Caio Prado Júnior (51) afirma

"É depois de 1930 que todo este processo de transformação se acentua. A crise mundial desencadeada em outubro do ano an-

(48). — *Ibidem*, págs. 129, 180 e 195.

(49). — *Ibidem*, pág. 187.

(50). — Barbosa Lima Sobrinho, *A Verdade Sobre a Revolução de Outubro*, págs. 105 e 112.

(51). — *História Econômica do Brasil*. 4a. edição, pág. 295. Editora Brasiliense S.A. São Paulo, 1956.

terior repercutirá gravemente no Brasil. O valor dos produtos fundamentais em que assentava sua vida econômica (em particular o café) cai brusca e consideravelmente. As exportações sofrem em consequência grande redução. A média anual do quinquênio 1926-30 fora em libra ouro de 88.200.000; no quinquênio seguinte (1931-35) desce para 38 milhões apenas. Ao mesmo tempo, não só se interrompe o influxo regular de capitais estrangeiros que dantes alimentavam normalmente a economia do país e que se tinham tornado indispensáveis para o equilíbrio de suas finanças, mas inverte-se o movimento em consequência do apelo dos grandes centros financeiros internacionais em crise a todas as suas disponibilidades financeiras no exterior".

Nesta situação precipita-se o desequilíbrio das contas externas do país, o *deficit* orçamentário, a desvalorização da moeda e, conseqüentemente, o empobrecimento das classes médias e inferiores, dependentes de salários.

Agrava-se o choque de interesses entre as forças progressistas que clamam por reformas estruturais e as forças da reação que advogam a repressão policial no setor político e a tentativa de lançar no mercado internacional outros produtos de exportação — laranja, abacaxi, banana, algodão, minérios — (52) a fim de salvar o sistema econômico vigente. Essas exportações algumas vezes tiveram algum sucesso, como ocorreu com o algodão no período anterior à guerra de 1939-45, largamente vendido aos países do Eixo — Alemanha, Itália e Japão — que acumulavam os seus estoques estratégicos para a guerra.

Getúlio Vargas, desejoso de conservar o poder e de manter as estruturas existentes e com as quais estava comprometido por sua formação cultural e política, demonstrou grande habilidade inaugurando ou ampliando uma política trabalhista que procurava atenuar as reivindicações dos trabalhadores e lhes fornecer um mínimo de direitos e garantias. Por isto criou, nos primeiros dias do Governo Revolucionário, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pondo em mãos do seu coestadano Lindolfo Collor.

É verdade que antes de 1930, já os trabalhadores haviam conseguido a promulgação de uma série de leis que os beneficiavam, embora a maioria delas não fosse aplicada sinão nas grandes cidades. Assim, já existia autorização para organização de sindicatos agrícolas (1903) e de quaisquer profissões (1907) e de cooperativas, leis que organizaram Caixas de Aposentadorias e Pensões para ferroviários (1923), tra-

(52). — Caio Prado Junior, *Obra citada*, pág. 296.

balhadores em empresas telegráficas (1923) e portuárias (1926), assim como Instituto de Previdência de Funcionários Públicos (1927), havia ainda leis que davam garantias contra acidentes de trabalho (1919), regulamentando trabalho de menores (1923), etc. (53). Após 1930, com a crise econômica e institucional dominante, puderam os trabalhadores, mobilizados por seus sindicatos, pressionar o Governo no sentido de aplicar e complementar com novas leis os direitos que reclamavam. E esta pressão se fez sentir de tal forma que o próprio Ditador salientou a necessidade de fazer a

"regulamentação das horas de trabalho; garantia de salário conveniente; proteção aos trabalhadores contra moléstias ou acidentes no trabalho; proteção à infância, aos adolescentes e às mulheres; pensões à velhice e à invalidez; liberdade sindical, etc." (54).

Perspicaz, político habil, percebeu Getúlio Vargas que o apêlo popular lhe seria de grande utilidade e procurou aplicar essas leis a fim de contar com a simpatia das massas na crise que se avizinhava — a Revolução Paulista —. Nessa ocasião, não só apelou para o povo, acusando aos paulistas de reacionários e separatistas, como também publicou de julho a dezembro de 1932, uma série de decretos-leis que o tornaram aos olhos de largas porções do proletariado nacional, o seu chefe e protetor. Criou as Inspetorias Regionais do Ministério do Trabalho para fiscalizar a execução das leis trabalhistas (1-8-32), instituiu a Convenção Coletiva de Trabalho (23-8-32), regulamentou as Carteiras de empréstimos das Caixas de Aposentadorias e Pensões (24-8-32) e logo após, os serviços médicos e hospitalares das mesmas (26-10-32), regulamentou a duração do trabalho e o descanso semanal dos empregados do comércio (28-10-32), regulamentou o trabalho das mulheres e dos menores (3-11-32), criou as Juntas de Conciliação e Julgamento (23-11-32), etc. (55).

Intervindo na vida econômica, proibiu o plantio de cafezais, estabelecendo quotas de produção (22-11-32), criou a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar, visando garantir um justo preço ao produto (7-12-1931), etc. (56). Via-se, que embora não tivesse a Re-

(53). — Costa (Aguinaldo), *Algumas Verdades sobre nossas Leis Trabalhistas*, pág. 23-4. Livraria Brasiliense. São Paulo.

(54). — Vargas (Getúlio), *A Nova Política do Brasil*. 3.º vol., pág. 140. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, s/d.

(55). — Costa (Aguinaldo), *Obra citada*, pág. 30.

(56). — Venâncio Filho (Alberto), *A Intervenção do Estado no Domínio Econômico*, pág. 82 a 108. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1968.

volução uma ideologia definida, ela era levada pela pressão dos acontecimentos a intervir no campo econômico, provocando a passagem da democracia liberal consagrada pela Constituição de 1891 para uma democracia social, timidamente esboçada na Constituição de 1934. Os grupos dominantes eram levados, pressionados pelos acontecimentos, a realizar reformas, a fazer concessões a fim de manterem-se no controle do país. Cada nova crise iria força-los a fazer novas concessões .

* * *

*

VI

A GRANDE CRISE — A REVOLUÇÃO PAULISTA.

O evoluir da crise econômica com graves reflexos no país, a repercussão dos movimentos de reivindicações operárias e a agressividade dos "tenentes" reunidos no Clube 3 de Outubro, contribuíram para amedrontar a burguesia rural dos Estados mais ricos: de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Para isto, alguns meses após a vitória da revolução, já os "liberais" descontentes, frustados, estavam a pedir o fim da ditadura e a realização de eleições para a Assembléia Constituinte. O fato tomava mais ênfase nos Estados que possuíam partidos políticos organizados como o Rio Grande do Sul — partidos Republicano e Libertador — e São Paulo — partidos Republicano e Democrático — onde os "tenentes" não conseguiram ficar de posse do poder. Daí surgir nos dois Estados, a política da Frente Única em favor da Constituição.

Getúlio que era um verdadeiro estadista, evitava comprometer-se, ora cortejando aos políticos, ora às massas trabalhadoras e ainda aos militares, tentando consolidar o seu poder e anular aos concorrentes.

Desesperados, os políticos passaram à conspiração e facilmente atraíram para as suas hostes os militares fieis ao velho regime e aqueles que em outubro de 1930, no Rio de Janeiro, depuseram ao Presidente Washington Luís, na ocasião em que compreenderam que este não teria condições de resistir às forças que marchavam sobre a Capital. Montada a conspiração, esperavam os conspiradores a ocasião oportuna, quando um incidente entre militares deflagrou a revolta antes da data combinada. O incidente se deu por haver o Ditador substituído o seu Ministro da Guerra, general ligado ao grupo da Junta Militar de outubro de 1930, por um General reformado — Espírito Santo Cardoso —. O General Klinger que combatera em 1926 a Co-

luna Prestes e que participara da deposição de Washington Luís, protestou contra a investidura do novo Ministro da Guerra, negando obediência ao mesmo e passando em seguida o Comando da Circunscrição de Mato Grosso ao seu substituto.

Os acontecimentos se precipitaram e a 9 de julho, a Força Pública Estadual, as forças federais aquarteladas no Estado de São Paulo e o Governo Paulista, apoiados pelo povo, se levantaram exigindo a constitucionalização do país. Pedro Toledo renunciou à Interventoria Federal no Estado e foi aclamado Governador. A opinião paulista era predominantemente favorável à revolução e o povo saiu às ruas aclamando os líderes revolucionários e a Constituição (57).

Se o entusiasmo popular foi grande, se o povo acorreu em massa para se alistar, se as senhoras e moças acorreram aos postos de coleta de fundos para doar suas jóias na campanha "ouro para o bem de São Paulo", se a indústria se mobilizou para produzir material de guerra, nada disto foi suficiente para derrubar a ditadura, para vencer as forças federais. Logo receberam os revolucionários apóio pessoal de políticos de outros Estados que foram a São Paulo para se bater ao lado dos paulistas em favor da revolução constitucionalista, como o gaúcho João Neves da Fontoura e o pernambucano Eurico de Souza Leão, mas não receberam apóio declarado de forças substanciais. O apóio dos governos mineiro e gaúcho, que era considerado certo, falhou. Getúlio Vargas, acusando a revolução, a princípio de *reacionária* (58) e depois de separatista, conseguiu a fidelidade de Olegário Maciel, Presidente de Minas Gerais e de Flores da Cunha, Interventor do Rio Grande do Sul, mobilizando as forças federais e estaduais dos dois Estados contra os paulistas. São Paulo, sem fronteiras com outros países e tendo o porto de Santos bloqueado pela esquadra federal, viu-se isolado, com o apóio apenas da guarnição de Mato Grosso, Estado de pouca expressão demográfica e econômica, a lutar contra os 18 Estados restantes da Federação. Os chefes militares paulistas, conscientes da inferioridade militar em que se encontravam, desistiram de marchar sobre o Rio de Janeiro, tentando, em um golpe de audácia, derrubar o Ditador, preferindo estabelecer linhas de defesa do território estadual. Passaram a aguardar algum acontecimento externo como

"vinda de recursos bélicos do exterior, levantes em outros Estados, notadamente Rio Grande do Sul, Minas e Distrito Federal; pronunciamento — nada mais que pronunciamento — da esquer-

(57). — Picchia (Menotti del), *A Revolução Paulista*, pág. 9 e segs. 4.ª edição. São Paulo, 1932.

(58). — Silva (Hélio), *1930 — A Guerra Paulista*, pág. 85. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1967.

da; ou, por fim, entendimento com a ditadura, que também não se achava em boa situação" (59),

que os salvasse, que possibilitasse uma saída honrosa. O Ditador não descançou. Recebeu a solidariedade de todos os interventores, mobilizou tropas, abriu voluntariado e organizou a resistência na serra da Mantiqueira, ao Nordeste de São Paulo, sob o comando do Gal. Gois Monteiro e ao Sul, sob o comando do Gal. Valdomiro Lima. São Paulo, cercado, não pode receber auxílio do exterior. Esperando contar ao menos com a neutralidade de Minas, teve contra si o peso das forças deste Estado, apesar das tentativas de levante feitas pelo ex-Presidente Artur Bernardes e a tentativa do ex-Presidente Venceslau Brás de forçar uma atitude de neutralidade ao Governo Mineiro (60). No Rio Grande do Sul o levante feito pelo velho político Borges de Medeiros e por Batista Luzardo em Tupãciretã em agosto, fracassou graças às enérgicas providências tomadas por Flores da Cunha. Uma missão conciliadora tentada por Maurício Cardoso não deu resultados. Enquanto tais fatos ocorriam, brasileiros dos mais diversos quadrantes do país lutavam e morriam nas trincheiras.

A luta, as privações que eram impostas pelas contingências da guerra à população do Estado rebelde levaram-no a posições políticas cada vez mais radicalizadas; daí surgirem acusações feitas pelo Governo Federal aos paulistas, de reacionários, porque os rebeldes eram acusados de querer restaurar a Velha República, de separatistas, por serem acusados de desejar a Independência de São Paulo, a secessão do país. Estes, por sua vez, acusavam o Governo Federal de querer perpetuar a Ditadura e de querer tratar São Paulo como um inimigo vencido, como território ocupado. Os paulistas apresentavam-se como defensores da legalidade, da necessidade de restauração de um regime constitucional, mas muitos deles, entre os quais, ilustres intelectuais, chegaram a exigir a separação ou ao menos, maior descentralização política, com a transformação da Federação em uma Confederação. Assim, Monteiro Lobato, uma das mais ilustres figuras da literatura contemporânea brasileira, defendeu em carta ao jurista Waldemar Ferreira, um dos chefes civis da revolução, concitando-o a estabelecer a hegemonia paulista sobre a Federação ou fazer a separação (61). Menotti del Pichia, poeta, político e ensaísta, mais moderado, confessou

(59). — Klinger (Gal. Bertholdo), *O Alto Comando*, em "Nós e a Ditadura", pág. 20, São Paulo, s/d.

(60). — Silva (Hélio), 1932 — *A Guerra Paulista*, pág. 100.

(61). — Silva (Hélio), 1932 — *A Guerra Paulista*, pág. 232.

"eu me inclinava francamente pela confederação ou por qualquer forma federativa que garantisse a cada Estado um máximo de autonomia local" (62).

O historiador Alfredo Ellis Júnior não encontrava solução para o problema paulista, sinão através da transformação da República em uma Confederação ou da separação de São Paulo (63). Mesmo após a vitória da Ditadura sobre a Revolução, homens que ocupavam posições importantes como o Ministro Costa Manso se confessavam separatistas (64).

Mas a resistência paulista não suportou três meses de luta, apesar do heroísmo com que se bateram os seus filhos nas várias frentes de batalha. Quando as forças federais ameaçaram a cidade de Campinas, começaram os entendimentos militares entre os dois comandantes em chefe — Gal. Klinger, das forças paulistas e Gal. Gois Monteiro, das forças federais — para discutir a rendição. Antes que chegassem a um acordo, a 27 de setembro, a Força Pública sob o comando do Tenente-Coronel Herculano de Carvalho aceitou a paz em separado e a 28, o Gal. Klinger aceitou a rendição incondicional, sob a alegação de ser militarmente impossível a continuação da luta.

O Gal. Gois, manobrando habilmente, nomeou o Ten. -Cel. Herculano de Carvalho, Governador Militar de São Paulo e ordenou ao mesmo que depuzesse o Governo Revolucionário, fato que se deu a 2 de outubro de 1932. O Povo ao ter conhecimento da capitulação saiu às ruas manifestando o seu desejo de continuar a luta, de resistir até o fim, acusando aos que o traíram. O Cel. Euclides de Figueiredo, comandante das forças do Vale do Paraíba, por dispor de tropas sob o seu comando em condições de lutar, tudo fez, nos últimos dias de setembro, para evitar a rendição, mas não conseguiu demover o Comandante em Chefe nem o Comandante da Força Pública. São Paulo caíra, apesar do esforço hercúleo que fizera. As tropas da Ditadura novamente ocuparam o Estado e os seus principais líderes foram exilados. Mas o sacrifício não fora em vão; as eleições para a Assembléia Constituinte foram realizadas em 1933 e no ano seguinte o país voltou ao regime constitucional.

Getúlio, porem, foi o grande vitorioso abateu o Estado mais rico e poderoso da Federação, exilando os seus principais líderes políticos, seus concorrentes em potencial. Também os políticos gauchos que o

(62). — *Obra citada*, pág. 22.

(63). — Ellis Júnior (Alfredo), *Confederação ou Separação*. 3.^a edição. Liga Confederalista, São Paulo, 1934.

(64). — Silva (Hélio), *Obra citada*, pág. 227.

levaram ao poder mas que se opuzeram à perpetuação da Ditadura — Lindolfo Collor, Raul Pila, Batista Luzardo, João Neves da Fontoura, etc. — tiveram que amargar no exílio, indo ao encontro dos "carcomidos" que haviam deposto em 1930.

Não foi duro, porem, com São Paulo; como estadista, compreendeu que para consolidar sua posição necessitava do apôio do Estado mais rico da Federação e não tinha dúvidas de que ele breve se recuperaria da derrota sofrida.

A conclusão da guerra representou uma séria derrota da oligarquia rural que iria, durante o Governo Vargas, se recompor com a burguesia urbana e com os setores do proletariado, a fim de estabilizar a situação política nacional, por um decênio, em uma república do tipo corporativista, no chamado Estado Novo — 1937-45 — que ele instituiu. Tanto que, ao ser deposto em 1945, Getúlio conseguiu, no ano seguinte, ser eleito com grande votação, Senador por São Paulo.

* * *

*

VII

A CONSTITUIÇÃO DE 1934 E A II REPÚBLICA.

A situação econômica, porem, continuou a se agravar. O café não encontrava mercado, tendo o governo que adquirir a produção e estoca-la. 30 milhões de sacos de café que não encontraram comprador e não podiam ser estocados, tiveram que ser destruidos de 1931 a 1935, e ainda assim, o preço do saco de 60 quilos caira de £ 1,86 em 1931 para £ 1,21 em 1935. Caira tambem, ao lado do preço, o volume de exportação do café, de vez que exportávamos em 1931 cerca de 9.591.000 sacas, contra apenas 6.989.00 em 1935.

Enquanto decrescia o volume e o valor das exportações, subia o valor e o volume das importações (65), criando sérios problemas ao Governo que se via forçado a emitir papel moeda e a recorrer a empréstimos internos, atraves da emissão de títulos a fim de cobrir os deficits orçamentários. Os saldos da balança comercial eram cada vez mais escassos e no período de 1931-34, elevaram-se apenas a cinquenta e três milhões e trezentos mil libras, quase que apenas o suficiente para atender aos compromissos das dívidas externas. A inflação, em consequência, tomava proporções cada vez maiores, entretanto permi-

(65). — Belo (José Maria), *Panorama do Brasil*, págs. 233. Livraria José Olympio Rio de Janeiro.

tiu a expansão da indústria das construções civis, sobretudo nos centros urbanos, e a expansão de novas culturas como a do algodão em São Paulo. De qualquer forma se observa no período posterior a 1930, que apesar da permanente instabilidade política e econômica, houve uma razoável expansão do mercado interno que favoreceu uma expansão ponderável da indústria leve. Não tiveram, porém, os detentores do poder, a idéia de melhor estudar a problemática brasileira e de traçar programas que orientassem a reorganização econômica e política do país. A falta de uma orientação política fazia com que as leis saíssem ao sabor das pressões do momento, das circunstâncias. Nenhum movimento político ideológico firmou o seu prestígio na fase que antecedeu às eleições para a Constituinte, embora surgissem grupos e sub-grupos de intelectuais e políticos a propor programas partidários, como os esquerdistas de vários matizes, reunidos, a princípio, no Clube 3 de outubro e depois na Aliança Nacional Libertadora e os direitistas, divididos em monarquistas, que organizaram o movimento Pátria Nova, em corporativistas, que participaram do movimento Integralista e nos católicos que ligados pelos compromissos da Liga Eleitoral Católica se distribuíram pelos vários partidos ou legendas que disputavam o poder.

O Ditador, compreendendo a força que estes grupos novos e que os velhos políticos, derrubados pela revolução de 1930, poderiam polarizar, tratou de arregimentar os seus partidários, incentivando os interventores dos Estados a organizarem as forças políticas locais em disponibilidade, enquanto procurava atrair para a sua órbita de influência os inimigos da véspera — os paulistas.

Para isto, ao observar que São Paulo se revoltava com a presença de um interventor militar e gaúcho — o Gal. Valdomiro Lima — e que os ressentimentos estavam gerando uma forte corrente separatista, se reconciliou com a velha oligarquia paulista e entregou a Interventoria do Estado a um homem a ela ligado — o engenheiro Armando Sales de Oliveira —. Com isto, atraiu para si, ou arrefeceu os ardores de luta de muitos líderes da revolução de 1932 que passaram a se opor à possibilidade de um novo movimento armado, defendido por elementos radicais de vários Estados, de vez que tornaram mais viável a superação da Ditadura através de lutas políticas.

Enquanto isto, vários Interventores trataram de organizar em seus Estados partidos políticos com o nome de Social Democrático, Republicano Liberal e até de Socialista, os quais se baseavam nos prefeitos e nos chefes políticos municipais, substituindo aos políticos de expressão estadual e regional da Velha República (66). Sabendo-se a de-

(66). — Silva (Hélio), 1933 — *A Crise do Tenentismo*. págs. 112 a 119.

pendência em que se encontram os municípios em relação ao Estado, sobretudo em uma época em que os prefeitos eram nomeados pelos Interventores, compreende-se como os novos detentores do poder facilmente se tornaram fortes, podendo, após a promulgação da Constituição, se elegerem governadores. E os velhos políticos destituídos em 1930, que não tinham uma mensagem nova a transmitir, pouco conseguiram do eleitorado a 3 de maio de 1933. Estes interventores tornaram-se, em grande parte, chefes políticos dos seus Estados por períodos que oscilaram entre quatro e vinte anos.

Getúlio Vargas, influenciado pelo corporativismo e pelo fascismo e preocupado em atrair para si as classes proletárias dos centros urbanos que poderiam ser polarizadas pelas forças de esquerda, continuou a estabelecer leis trabalhistas e sugerir, encontrando forte resistência entre seus amigos, a formação de forte representação classista na Constituinte (67). Por isto, 1933 foi um ano de grande agitação política, a ponto de surpreender o fato das eleições terem se realizado a 3 de maio e de a Constituinte ter sido instalada a 10 de novembro.

O período 1932-33 foi fértil em discussões ideológicas; jornais e revistas debatiam os problemas nacionais e internacionais, advogando orientações para a Constituição que ia ser elaborada. Os católicos, liderados por Alceu de Amoroso Lima, presidente do Centro D. Vital, condenavam o laicismo da velha república e advogavam que a nova Constituição fosse promulgada em nome de Deus, estabelecesse a validade jurídica do casamento religioso e permitisse o ensino religioso nas escolas públicas. Defendia também a indissolubilidade do casamento civil (68). Estes temas eram diariamente debatidos na imprensa, em congressos e na tribuna da Constituinte. Nessa ocasião a corrente *católica demonstrava grande simpatia pelas forças direitistas, combatendo* aos simpatizantes do socialismo que proliferaram a partir de 1930 (69). Por isto organizaram a Liga Eleitoral Católica que no período anterior às eleições colhia dos candidatos inscritos pelos diversos partidos a opinião sobre certos princípios, recomendando aos eleitores que não votassem nos candidatos que não aceitassem os princípios defendidos pela LEC. Com isto, se dispensavam da organização de um partido católico.

A Constituinte, eleita em maio de 1933, era composta por políticos do período pré-revolucionário, por políticos e "tenentes" emergidos da revolução, eleitos pelo povo, e por deputados classistas eleitos

(67). — Silva (Hélio), 1933 — *A Crise do Tenentismo*, págs. 131 e 134.

(68). — Lima (Alceu Amoroso), *Indicações Políticas*, pág. 36. *Civilização Brasileira S.A.* Rio de Janeiro, 1936.

(69). — Lima (Alceu Amoroso), *Obra citada*, pág. 60. pág. 60.

pelos sindicatos de patrões e empregados (70). Tratava-se de uma concessão às idéias então em voga na Europa. Queria-se demonstrar com isto, a falência da Democracia Liberal e a sua substituição pela Democracia Social. O Projeto de Constituição que lhe foi entregue para discussão e aprovação, embora mantivesse os princípios gerais abstratos de uma democracia burguesa e não fizesse modificações estruturais, indicava uma tentativa de aproximação com a Igreja e uma tentativa, através de concessões, da absorção do movimento operário. Assim, a questão operária passava a ser considerada, ao menos formalmente, uma questão social e não um mero caso de polícia.

Quanto à primeira tentativa o laicismo é abandonado, de vez que os Constituintes abriam o texto constitucional invocando a "confiança em Deus", consagrando a indissolubilidade do casamento, reconhecendo a validade jurídica do casamento religioso, permitindo o ensino religioso com frequência facultativa nas escolas públicas, permitindo a assistência religiosa às forças armadas, nos hospitais e nas penitenciárias, concedendo personalidade jurídica às associações religiosas, etc. Quanto à segunda tentativa inclui na Constituição um título, o V, Da Ordem Econômica e Social, no qual autoriza a União a monopolizar por interesse público algumas indústrias, assegura a pluralidade e a autonomia sindical, estabelece o salário mínimo, a jornada de 8 horas de trabalho, o repouso semanal obrigatório, as férias remuneradas, a indenização por dispensa sem justa causa, a assistência e licença remunerada às gestantes e a criação da Justiça do Trabalho.

Não há dúvida que a nova Constituição representava um passo à frente sobre a Constituição de 1891, de vez que absorvia várias reivindicações e procurava refletir os princípios formulados por diversas correntes políticas. Ocorre, porém, que ela era apenas uma tregua entre as forças em luta e, com a eleição do Ditador para a Presidência da República e a eleição da maioria dos Interventores para o Governo dos Estados, não amenizara as pressões existentes. Daí a sua aplicação por curto período, pois já em 1935, era suspensa a sua aplicação pela decretação do estado de sítio e em 1937 seria revogada por uma Constituição corporativista. Os três anos em que esteve formalmente em vigor foram de grandes lutas ideológicas e políticas entre os grupos de esquerda e os de direita. Vitoriosos estes, em face do fracasso do levante de novembro de 1935, consolidaram o poder em 1937, através do estabelecimento do chamado Estado Novo, de orientação para-fascista.

*

*

*

(70). — Basbaum (Leôncio), *História Sincera da República*, vol. III, pág. 71. Editora Edaplit. São Paulo, 1962.

VIII

O INTEGRALISMO, A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA E A PREPARAÇÃO DO GOLPE DE 1937.

O período que se seguiu à promulgação da Constituição de 1934, foi de dificuldades econômicas e de agitações políticas. Enquanto caía o valor das exportações e se elevava o preço das mercadorias, provocando grande mal estar e desilusão ante os resultados da Revolução de 1930, continuavam a repercutir no Brasil os sucessos da política européia. Na Câmara, no Senado e na imprensa, Governo e Oposição se digladiavam, mais por posições políticas, por interesses pessoais, que por princípios ideológicos. Enquanto isto, a propaganda fascista italiana, a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha e as graves dificuldades por que passava o Governo Republicano Espanhol, deram exito à organização de um partido brasileiro de orientação fascizante: a Ação Integralista Brasileira (71). O seu chefe, Plínio Salgado, teve maior sucesso que os seus antecessores que tentaram organizar movimentos semelhantes em Minas Gerais — Francisco de Campos — e no Ceará — Severino Sombra —. Contava ele com uma equipe de intelectuais que escreveram dezenas de livros atacando a liberal democracia, o sistema de voto (72), o imperialismo americano e inglês e, sobretudo, o comunismo, apontando-o como filho dileto do capitalismo. Em seus livros defendiam a forma totalitária de governo (73), admitindo que o integralismo tinha uma visão integral do homem; apontavam o judaísmo como principal responsável pelos males que atingiam a humanidade (74) e se propunham a resolver os problemas sociais através de um governo corporativista. Apresentavam um programa copiado, em parte, dos programas elaborados por Mussolini na Itália, e em parte elaborado em função de estudos sumários da realidade brasileira e das idéias defendidas por pensadores nacionais como Alberto Torres, Oliveira Viana e Jackson de Figueiredo. Este programa consistia, em resumo, nos seguintes princípios:

(71). — Sobre o assunto há interessante livro de Trindade (Hélio), *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*. Co-Edições URGs DÍFEL. São Paulo, 1974.

(72). — Reale (Miguel), *ABC do Integralismo*, págs. 32 e segs. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1935.

(73). — Salgado (Plínio), *O que é o Integralismo*, págs. 27-8. Schmidt Editor. Rio de Janeiro, 1933.

(74). — Reale (Miguel), *Obra citada*, pág. 118 e Barroso (Gustavo), *Brasil, Colônia de Banqueiros*, 3.^a edição. Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1935.

a). — os quatro primeiros herdados do fascismo, que são:

- 1). — a Nação é um organismo político, econômico e étnico e, portanto, a representação não pode ser exclusivamente política;
- 2). — o Sindicato deve ser pessoa de Direito Público;
- 3). — a Economia deve ser dirigida pelo Estado;
- 4). — deve-se dar uma função social à Técnica Capitalista e à Propriedade.

A estes princípios agregava cinco outros, próprios ao nosso país, a saber:

- a). — unidade da Federação;
- b). — representação política de caráter técnico devendo existir ao lado da representação econômica mas como expressões de forças produtoras e culturais das diferentes regiões;
- c). — autonomia administrativa dos municípios;
- d). — integração dos grupos profissionais no Estado, de baixo para cima;
- e). — exclusão de toda tirania exercida pelo Estado contra o indivíduo e suas projeções morais (75).

Lendo hoje os autores integralistas, com a perspectiva histórica dada pelo tempo, observa-se que os jovens direitistas de então, com grande fanatismo e com uma violência verbal impressionante, procuraram adaptar uma resposta fascista ao desafio da realidade brasileira; isto porque, nas críticas que faziam atingiam o cerne dos problemas nacionais, comprovando como o nosso país era explorado pelos banqueiros internacionais, como o voto secreto que tanto entusiasmava as "tenentes" não melhorava as condições de vida das camadas humildes, salientando a falta de espírito público, de formação ideológica dos políticos profissionais. Eles, entretanto, aceitavam em suas fileiras pessoas de vários matizes que a eles se juntavam ora por convicções filosóficas, ora por sentimento anti-comunista, ora por sismarem que os integralistas iam ascender ao poder. Recebiam, assim, apêio o mais diverso possível e por motivos vários, o que criou dentro do movimento tendências bem diferenciadas. Seus métodos eram os mesmos usados pelos fascistas na Europa, usavam uma linguagem exaltada, ameaçavam os que não os apoiavam, organizavam grandes desfiles, vestidos de camisas verdes, tinham o sigma como emblema e juravam obediência incondicional ao chefe nacional.

Getúlio Vargas que procurava motivos para afastar a Constituição e permanecer no poder, olhou com simpatia ao movimento integralista. No plano nacional não impediu as agitações por eles promo-

(75). — Reale (Miguel), *Perspectivas Integralistas*, pág. 42-3. Livraria Editora Odeon. São Paulo s/d.

vidas e no plano internacional procurava melhorar a situação econômica do país, intensificando o comércio com os países do Eixo, sobretudo com a Alemanha. Esta, que se preparava para a guerra e fazia seus estoques estratégicos, realizou a compra em larga escala e em condições extremamente vantajosas, do algodão brasileiro (76). Também os capitalistas, temerosos de um avanço para a esquerda e de represálias dos próprios integralistas, compreenderam que o fascismo era uma solução favorável aos seus interesses e passaram a financiar o movimento chefiado por Plínio Salgado. Movimento que contou com a adesão e com a simpatia de grande número de católicos, embora o Integralismo se apresentasse como espiritualista e deísta mas desse liberdade de crença aos seus adeptos. Neste período até católicos, hoje liberais e desejosos de reformas sociais, como Alceu Amoroso Lima (77), mesmo criticando os métodos de luta empregados, fizeram a apologia do movimento, ao mesmo tempo que criticavam a democracia liberal e o socialismo marxista.

A ameaça do integralismo no plano nacional e o avanço do fascismo na Europa levaram os homens de esquerda dos mais diversos matizes a se organizarem em agrupamentos de Frente Única, como existia na França sob o governo de Leon Blum, que se chamou de Aliança Nacional Libertadora. Dela participou o Partido Comunista do Brasil, que adotava no momento uma política menos sectária, mais aberta, sob a chefia de Luís Carlos Prestes, ao lado de políticos radicais de grande prestígio popular como Maurício de Lacerda, de socialistas como Abguar Bastos e João Mangabeira e de "tenentes" como Agildo Barata e Hercúlio Cascardo. Na realidade, embora contasse em suas fileiras com um grupo numeroso de intelectuais, a Aliança Nacional Libertadora não possuía uma disciplina interna semelhante a do integralismo, nem seus intelectuais chegavam a organizar um corpo de doutrina que interpretasse a evolução histórico-social do país. A não ser alguns artigos e livros de combate ao fascismo, houve apenas uma tentativa do historiador e economista Caio Prado Júnior (78) de interpretar a evolução política do país à luz do materialismo histórico. O programa político da Aliança se alicerçava nos seguintes princípios:

"I. — suspensão definitiva do pagamento das dívidas imperialistas do Brasil, por as considerarem já pagas e aplicação da quantia assim retida, em benefício do povo explorado do Brasil;

II. — nacionalização imediata de todas as empresas imperialistas, por as considerarmos "arapucas", para as quais os brasi-

(76). — Bastos (Abguar), *Obra Citada*, págs. 292 e segs.

(77). — *Indicações Políticas. Da Revolução a Constituição*, págs. 187 a 220. Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1936.

(78). — *Evolução Política do Brasil*. 1a. edição. São Paulo, 1934.

leiros trabalham como cães, enquanto os seus lucros vão para os bolsos de alguns magnatas estrangeiros;

III. — proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores: entrega das terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais que as cultivam, por considerar terem sido eles os que as valorizaram com o seu trabalho e, portanto, são seus únicos e legítimos proprietários;

IV. — gozo das mais amplas liberdades populares pelo povo brasileiro, nele incluídos os estrangeiros que aqui trabalham e são explorados como os próprios brasileiros. Estas liberdades foram conquistadas pelo povo que nunca as gozou, de fato, em toda a sua plenitude. Hoje, ele as reclama, e é legítimo o direito que tem de ser satisfeito custe o que custar;

V. — constituição de um governo popular, orientado somente pelos interesses do povo brasileiro e do qual poderá participar qualquer pessoa na medida da eficiência de qualquer colaboração" (79).

A Aliança Nacional Libertadora passou a ter grande apóio no meio operário, intelectual e baixa classe média dos grandes centros urbanos, mas pouco se fortaleceu devido às divergências internas, sobretudo entre comunistas e não comunistas e a própria infiltração policial (80). A marcha mundial para a direita com a política ítalo-alemã cada vez mais agressiva, o temor da burguesia de uma revolução socialista e a pressão da Igreja, então muito conservadora, e dos integralistas, levaram Getúlio Vargas a interditar a sua propaganda, determinando o fechamento da mesma. Essa medida afastou os elementos moderados como o Prefeito do Distrito Federal, Dr. Pedro Ernesto, e levou os exaltados a cerrarem fileiras em torno do Partido Comunista para prepararem a revolução. Prestes que entrara clandestinamente no país, acompanhado de sua esposa alemã, Olga Benário, e de alguns assessores estrangeiros ligados à Internacional Comunista — o alemão Herry Berger, o americano Alan Baron e o argentino Rodolfo Ghialdi — super estimou o prestígio dos aliancistas no Exército e o prestígio do seu nome, julgando que uma intentona militar seria acompanhada de uma greve geral dos trabalhadores e, conseqüentemente, da tomada do poder, e passou a conspirar, a preparar a revolução. Esta rebentou em novembro de 1935, nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, sendo logo abafada pelas forças fieis ao Governo.

(79). — Bastos (Abgvar), *Obra citada*, pág. 281.

(80). — Henriques (Affonso), *Ascensão e Queda de Getúlio Vargas, o Maquiavélico*. Volume I, pág. 336. Distribuidora Record. Rio de Janeiro-São Paulo s/d.

Getúlio, com a habilidade que o caracterizava, compreendeu que chegara o momento de agir, de dar o golpe que o perpetuaria no poder. Contando com um Parlamento dócil, amedrontado, obteve do mesmo o "estado de sítio" para todo o território nacional e leis de exceção que foram aplicadas não só aos que participaram do levante como também às pessoas suspeitas de simpatias à Aliança Nacional Libertadora; censurou a imprensa e os cárceres se encheram. A mulher de Prestes foi entregue à Gestapo alemã sendo morta num campo de concentração nazista. As seguranças individuais desapareceram. Para despistar o povo quanto aos seus desígnios ditatoriais, Getúlio Vargas permitiu que se desenrolasse a campanha eleitoral para a sua sucessão que era disputada pelo Governador de São Paulo, engenheiro Armando Sales de Oliveira, conservador (81) e homem ligado à agricultura cafeeira e à indústria, como candidato de oposição, pelo advogado José Américo de Almeida, um representante dos homens que fizeram a revolução de 1930 e que se tornara famoso por sua integridade moral e pelo sucesso de um romance regional que escrevera intitulado *A Bagaceira*, como candidato semi-oficial e, finalmente, pelo chefe nacional dos integralistas o escritor Plínio Salgado que disputava a José Américo as simpatias do Presidente da República.

Enquanto se desenrolava a campanha pela sucessão, Vargas fazia discursos nos quais aludia ao seu próximo afastamento do Governo e procurava obter dos governadores de Estado e das forças armadas o apoio necessário, ao mesmo tempo que encomendava ao jurista Francisco de Campos a elaboração de uma Constituição. O pretexto para o golpe seria a necessidade de salvar o Brasil, país cristão, do perigo comunista, o que foi obtido com a feitura de um documento que previa a derrubada do Governo e a instauração de um governo comunista que entrou para a história com o nome de Plano Cohen (82). A divulgação desse documento deu condições a Vargas de obter do Parlamento a decretação do "estado de guerra" e, logo após, a dissolução do mesmo e a proclamação do Estado Novo.

* * *

IX

O GOLPE DE 10 DE NOVEMBRO E A CONSTITUIÇÃO DE 1937.

O Golpe de estado de 10 de novembro que instaurou no Brasil um governo forte, de tendência corporativista, foi preparado desde

(81). — *Jornada Demográfica (Discursos Políticos)*, Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1937.

(87). — Coutinho (Lourival), *O General Góis depõe*, pág. 298-303. Livraria Editora Coelho. Rio de Janeiro, 1956.

1935, conforme confissão do Gal. Gois Monteiro (83), um dos seus mais ativos articuladores. Na realidade, Getúlio Vargas e os seus mais dedicados seguidores facilitaram a ação dos comunistas, ao mesmo tempo em que a fiscalizavam (84) para obter um pretexto de conseguir medidas de exceção que favorecessem o golpe e, posteriormente, infiltrar elementos de sua confiança nos núcleos integralistas para realizarem trabalho identico. Na preparação do golpe compreendeu Getúlio Vargas que seriam poucos os governadores que não o acompanhariam, desejosos que estavam de permanecer nos seus cargos, e que seria acompanhado pela maioria absoluta dos seus ministros e dos chefes militares. O Parlamento, sabia ele, seria, pela maioria absoluta de seus membros, docil aos seus desígnios. Por isto tratou Vargas de obter o apóio dos integralistas, o que foi facil, de vez que o chefe Nacional, Plínio Salgado, esperava realizar junto à ele a façanha de Hitler junto a Hindemburgo na Alemanha; tanto, que após o golpe, quando compreendeu que as suas esperanças se frustavam, chegou a pleitear para si, como compensação dos serviços prestados, a pasta de Ministro da Educação (85). Vargas, ladino, naturalmente procurou com o seu Estado Novo realizar o fascismo sem o Chefe Nacional.

As etapas do golpe se sucederam com êxito; primeiro foi feita a divulgação do famoso "Plano Cohen" com uma grande cobertura jornalística, a fim de atemorizar o povo, ao mesmo tempo que preparava o espírito da classe média e convencia os setores militares legalistas. Depois o Governo, com apóio dos Ministros da Guerra e da Marinha, solicitou do Parlamento a decretação do "estado de guerra" que foi aprovado por 138 votos contra 52 na Câmara dos Deputados e por 22 votos contra 3 no Senado, a 1? de outubro de 1937. Interessante é que homens como João Neves da Fontoura, que conheciam de perto ao Presidente e tinham a experiência revolucionária de 1930 e 1932, se deixaram envolver pelos acontecimentos e votaram a favor das medidas excepcionais propostas pelo Executivo. Vargas tratou de anular as possibilidades de ação dos seus possíveis competidores, colocando a Brigada Militar do Rio Grande do Sul e a Polícia de São Paulo sob o controle do exército. O Governador gaúcho, Flores da Cunha, compreendendo que os seus dias estavam contados, abandonou o poder e exilou-se na Argentina. Logo após, quando os acontecimentos se precipitavam, Getúlio Vargas proibiu a divulgação do manifesto lançado por Armando Sales de Oliveira em que ele denunciava ao país as anormalidades que pressentia. Vargas compreendendo, que chegara a hora de agir, cercou, a 10 de novembro, o Parlamento, impedindo a entrada dos deputados. O golpe estava consumado; os governadores de Per-

(83). — Henriques (Affonso), *Obra citada*, pág. 336 e 468.

(84). — Henriques (Affonso), *Obra citada*, págs. 455.

(85). — Henriques (Affonso), *Obra citada*, págs. 469 e segs.

nambuco — Carlos de Lima Cavalcanti — e da Bahia — Juracy Magalhães — que com ele não concordavam, foram substituídos pelos comandantes das Regiões Militares e o Presidente se transformava em Ditador, falava à Nação, justificando o seu ato, como desejo de livrar o país da desagregação e do domínio comunista. Nesta mesma ocasião, imitando o primeiro Imperador do Brasil, ele outorgava ao país uma nova Constituição, elaborada pelo jurista Francisco de Campos que era nomeado seu Ministro da Justiça. A 2 de dezembro, a ditadura se consolidava com o decreto que proibia o funcionamento de todos os partidos políticos, inclusive a Ação Integralista Brasileira. Esta, através de seus membros mais radicais e com o apoio de políticos inimigos do Estado Novo, com Otávio Mangabeira e Euclides Figueiredo, ainda tentou dar um golpe assaltando o Ministério da Marinha, a Rádio Mayrink Veiga e o Palácio da Guanabara, residência do Ditador, a 11 de maio de 1938. Após 5 horas de indecisão entre atacantes e atacados houve a dispersão dos primeiros com prisões e fuzilamentos (86). Terminava a última resistência armada ao Estado Novo e Vargas podia montar a máquina ditatorial e de propaganda que o manteria no poder até 1945, e que o tornaria uma figura de grande prestígio popular até a sua trágica morte em agosto de 54.

A Constituição de 1937 absorveu vários princípios defendidos pelo integralismo. Era fortemente centralizadora, eliminando a autonomia dos Estados que passavam a ser governados por interventores nomeados pelo Ditador, desaparecendo seus hinos e bandeiras. O mandato presidencial que sempre fora de 4 anos passou a ser de 6; embora a Constituição mantivesse o sistema representativo de governo e um Parlamento formado pela Câmara dos Deputados e pelo Conselho Federal, com os membros eleitos indiretamente, essas eleições nunca se realizaram e o Parlamento nunca se reuniu, ficando o Ditador a legislar através de decretos-leis. O chefe de Estado passou a ter uma série de funções legislativas que fortalecia grandemente o Executivo. Os funcionários públicos, incluindo os vitalícios os magistrados e professores universitários perderam as garantias, pois o artigo das disposições transitórias da Constituição autorizava o Ditador a demiti-los ou aposentá-los sem processo por medida de segurança. O capítulo referente à Ordem Econômica orientava o Governo no sentido corporativista, inspirado na *Carta del Lavoro* da Itália fascista; proibia as greves operárias, criava os contratos coletivos de trabalho, salário mínimo, eliminava a pluralidade sindical estabelecendo que a organização sindical seria orientada pelo Ministério do Trabalho, criou a Justiça do Trabalho, etc.

(86). — Basbaum (Leôncio), *História Sincera da República*, Vol. 3, pág. 128 e segs. Editora Edalgit,

Sua aplicação, porem, não seria feita uniformemente em todo o país, dependendo da maior ou menor fidelidade de cada interventor de Estado; este também não a aplicava inteiramente, só o fazendo quanto aos artigos que consolidavam o seu poder pessoal, deixando de aplicar aquele que estabelecia dever o povo ser convocado no prazo de 2 anos para, em plebiscito, aprovar ou condenar a mesma. Apoiado no enorme poder que possuía, Vargas criou um Departamento de Imprensa e Propaganda que passou a realizar censura à imprensa a fim de que não se propagassem as idéias democráticas e de que se criasse uma atmosfera de apóio ao Estado forte ou Nacional, como preferia chamar o Professor Francisco de Campos.



BIBLIOGRAFIA.

- ANDRADA (Antônio Carlos de), *Os Bancos de Emissão no Brasil*. Livraria Leite Ribeiro, Rio de Janeiro, 1923.
- BANDEIRA (Muniz), MELLO (Clovis) e ANDRADE (M. T.), *O Ano Vermelho. A revolução russa e seus reflexos no Brasil*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1953.
- BARROS (João Alberto Lins e), *Memórias de um Revolucionário*. 1a. parte. *A Marcha da coluna*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1953.
- BARROSO (Gustavo), *Brasil, Colônia de Banqueiros*. Civilização Brasileira S. A. Rio de Janeiro, 1935.
- BASBAUM (Leôncio), *História Sincera da República*. 4 volumes. Livraria São José. Rio de Janeiro.
- BASTOS (Abgvar), *Prestes e a Revolução Social*. Calvino Ltda. Rio de Janeiro, 1926.
- BASTOS (Humberto), *A Economia Brasileira e o Mundo Moderno*. Livraria Martins Editora. São Paulo, 1948.
- *Ruy Barbosa, Ministro da Independência Econômica do Brasil*. Casa de Ruy Barbosa. Rio de Janeiro, 1949.
- BELLO (José Maria), *Panorama do Brasil*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro.
- CARNEIRO (Glauco), *História das Revoluções Brasileiras*. 2 volumes. Edições O Cruzeiro. Rio de Janeiro, 1965.
- COSTA (Aguinaldo), *Algumas Verdades sobre as nossas Leis Trabalhistas*. Editora Brasiliense S. A. São Paulo, 1946.
- COUTINHO (Lourival), *O General Goes Depõe...* Livraria Editora Coelho. Rio de Janeiro, 1956.
- ELLIS Júnior (Alfredo), *Confederação ou Separação*. 3a. edição. Liga Confederalista. São Paulo, 1934.

- HENRIQUES (Affonso), *Ascensão e Queda de Getúlio Vargas, o Maquiavélismo*. 3 volumes. Distribuidora Record. Rio de Janeiro. São Paulo, s/d.
- KLINGER (Bertholdo), *O Alto Comando, em Nós e a Ditadura*. São Paulo, s/d.
- LANDUCCI (italo), *Cenas e Episódios da Coluna Prestes*. 2a. edição. Editora Brasiliense S. A. São Paulo, 1952.
- LIMA (Alceu Amoroso), *Indicações Políticas. Da Revolução à Constituição*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1936.
- LIMA SOBRINHO (Barbosa), *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*. Edição Unitas. São Paulo, 1933.
- MONTEIRO (General Góes), *A Revolução de 30 e a realidade política do Exército*. Aderson Editores. Rio de Janeiro s/d.
- MORAIS (Walfrido), *Jagunços e Heroes*. Editora Civilização Brasileira S. A. Rio de Janeiro, 1963.
- MOREIRA LIMA (Lourenço), *A Coluna Prestes {Marchas e Combates}*. Editora Brasiliense S. A. São Paulo, 1945.
- OLIVEIRA (Armando Salles), *Jornada Democrática (Discursos políticos)*. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1937.
- PICCHIA (Menotti del), *A Revolução Paulista*. 4a. edição. São Paulo, 1932.
- PRADO JUNIOR (Caio), *Evolução Política do Brasil e outros ensaios*. Editora Brasiliense S. A. São Paulo.
- _____ *História Econômica do Brasil*. 4a. edição. Editora Brasiliense S. A. São Paulo, 1956.
- RAMOS (Guerreiro), *A Crise de Poder no Brasil*. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1961.
- REALE (Miguel), *ABC do Integralismo*. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1935.
- _____ *Perspectivas Integralistas*. Livraria Editora Odeon. São Paulo s/d.
- RODRIGUES (José Honório), *Teoria da História do Brasil (Introdução Metodológica)*. 2a. edição. Livraria Editora Nacional. São Paulo, s/d.
- ROSA (Virgílio Santa), *O Sentido do Tenentismo*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, s/d.
- SALGADO (Plínio), *O que é o Integralismo*. Schmidt Editor. Rio de Janeiro, 1933.
- SILVA (Hélio), *1922. Sangue na Areia de Copacabana*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1964.
- _____ *1926. A Grande Marcha*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1965.
- _____ *1930. A Revolução Traída*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1966.
- _____ *1931. Os Tenentes no Poder*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1966.
- _____ *1932. A Guerra Paulista*. Editora Civilização Brasileira S. A. Rio de Janeiro, 1967.

- SODRÉ (Alcindo), *A Gênese da Desordem*. Civilização Brasileira S. A. Rio de Janeiro s/d.
- TRINDADE (Hélgio), *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*. Co-Edições URGs-DIFEL. São Paulo, 1974.
- VIANNA FILHO (Luís), *A Vida de Ruy Barbosa*. Companhia Editora Nacional. São Paulo s/d.
- VARGAS (Getúlio), *A Nova Política do Brasil*. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro s/d.
- VENÂNCIO FILHO (Alberto), *A intervenção do Estado no Domínio Econômico*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1968.